

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS

VICTOR GABRIEL FERNANDES MARTINS

**NARRATIVAS EM PERSPECTIVA: UMA ANÁLISE SOBRE AS
RESOLUÇÕES DO 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA E FÓRUM
ALTERNATIVO MUNDIAL DA ÁGUA**

Belo Horizonte

2019

VICTOR GABRIEL FERNANDES MARTINS

**NARRATIVAS EM PERSPECTIVA: UMA ANÁLISE SOBRE AS RESOLUÇÕES DO
8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA E FÓRUM ALTERNATIVO MUNDIAL DA ÁGUA**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciências Socioambientais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Ciências Socioambientais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rogata Soares Del Gaudio

Belo Horizonte

2019

AGRADECIMENTOS

Nesta pequena seção, podemos dar a nós mesmos o direito de respirar profunda e longamente, e com serenidade, relembrar os pequenos e grandes passos percorridos desde início da trilha da graduação até a chegada, com a entrega e apresentação deste trabalho. Chegada esta que seria, a meu ver, completamente vazia de sentido e emoção se não houvesse as pessoas com quem pude percorrer lado a lado neste grande percurso. O que me permito fazer, portanto, é agradecer.

Em primeiro lugar, a minha família: meus pais, Jogma e Olbe; minhas irmãs, Camila, Kaká e Lívia; minhas primas, Júlia, Luíza e Nathália; por sempre estarem ao meu lado, cada qual à sua maneira, mas sempre contribuindo para minha formação. Seja enquanto um ser humano mais sensível e consciente de si e dos outros ao redor; seja como um cidadão mais crítico e com anseio de fazer o bem. Por propiciarem as condições para que pudesse estudar, trabalhar, me divertir, viajar, e viver com dignidade: que me fosse permitido o que infelizmente, é negado a muitas pessoas para usufruir. Enfim, por terem me apresentado os caminhos e apoiado meus direcionamentos, mesmo que isso às vezes resultasse em atritos! Serei eterna e profundamente grato por estarem sempre na construção de quem eu sou hoje e no futuro. Obrigado!

Os aprendizados e agradecimentos não se restringem aos laços de sangue, mas estendem-se também àqueles que a vida nos coloca lado a lado. Aos amigos de longa data, de universidade e dos encontros que a vida propicia, agradeço por demonstrarem o que é companheirismo, criatividade, carinho, determinação, profissionalismo e suporte emocional, especialmente no período mais crítico de produção desse trabalho! Obrigado por sempre demonstrarem que é possível superar as adversidades e não perder o brilho no olhar, mesmo que elas sejam tão evidentes e duras em nossa escolha de profissão, de orientação política e de vida. Obrigado Ilklyn, Marina, Emille, Lina, Karina, Denise, Thaisa, Felipe, Thamiris, Pedro Reis, Lucas Grossi, Maisa, Ternura, Padoan, Lucas Gabriel, Samora, Juliana, Gabriela, Nição... Obrigado por terem sido fontes riquíssimas e queridas de inspiração, resistência e resiliência!

Agradeço também à Universidade Federal de Minas Gerais por oferecer um ensino robusto, diverso, dedicado à justiça social e que permite a fundamentação

crítica do conhecimento e da realidade e que, apesar de todos os problemas que enfrenta, continua sendo uma referência na vida de tantas pessoas e de nossa sociedade. Agradeço aos docentes da Antropologia, História, Geografia, Sociologia, e tantas outras disciplinas com quem pude ter contato ao longo dos períodos; a minha orientadora, Prof.^a Rogata Soares Del Gaudio com quem pude conversar, discutir, sempre de forma riquíssima, e que me reforçou o quão importante é o ato de aprender e de ensinar; e a todos os funcionários, terceirizados ou não, que permitiram minha permanência nos *campi* da UFMG.

Meus agradecimentos não se restringem às terras brasileiras, pois viajam até a Hungria, onde pude estudar – Köszönöm szépen, Pécs Baranya! – e conhecer pessoas pelas quais guardo um carinho e saudade intensas. Com elas dividi um ano de muito aprendizado e crescimento, e me ajudam a nutrir o plano de retornar para continuar a estudar e lhes dar um abraço bem apertado! Obrigado Priscila, Ibeth, Kaori, Marta, Manoel, Pipi, Haris, Ahmed, Santiago e Ece! Nagyon szerétek.

Quero saudar também todos os locais onde pude exercer de maneiras diversas meu lado profissional e seu quadro técnico, em especial a Estação Ecológica UFMG, Projeto Manuelzão, CBH Velhas e Práxis Projetos e Consultoria. Sem vocês, não seria o cientista socioambiental que sou hoje, e espero poder contribuir no futuro, caso nossos caminhos se cruzem novamente! Sempre em defesa da nossa natureza, respeitando seus limites e visando uma sociedade que pautar uma sustentabilidade popular, alicerçada em um outro modo de vida, relação e produção.

Um brinde às guerreiras e guerreiros!

*“O que é que é,
Aluvião que cai de pé, corre
no chão?
H₂O é ouro em pó
No ponto futuro o doce e o
sal vão se misturar...
[...]
Água de beber, camará...”
(BaianaSystem – Água)*

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo a identificação de estruturas narrativas que indiquem diferentes tratamentos sobre as águas no campo de debate internacional, através da análise minuciosa de documentos centrais elaborados no 8º Fórum Mundial da Água (FMA) e Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA). Esta investigação utilizou como metodologia principal a Análise de Conteúdo (AC), e fundamentou-se no resgate de conceitos-chave, como “Desenvolvimento Sustentável”, e no histórico de Conferências Internacionais prévias, que também versaram sobre as águas, como um caminho para compreender os embates travados atualmente no seio dos encontros supracitados. Identificamos que há uma reorientação ideológica e discursiva sobre as percepções e usos atribuídos à água, a partir do final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, na qual, a mais relevante, considerando o escopo do trabalho, situa-se entre “direito humano”, reivindicado pelo FAMA, e “bem econômico”, reivindicado pelo FMA. Para que se possa vislumbrar a superação desta situação, é preciso reconhecer a multiplicidade de sentidos e percepções que a água carrega, bem como as implicações provocadas por uma possível privatização desta substância, essencial a todas as formas de vida.

Palavras-chave: Água; Desenvolvimento Sustentável; Narrativa; Conferências Internacionais; Crise hídrica.

ABSTRACT

The present study aims to identify narrative structures that indicate different treatments over water in the international debate field, through the thorough analysis of core documents prepared at the 8th World Water Forum (WWF) and the Alternative World Water Forum (AWWF). This research used Content Analysis (CA) as its main methodology, and was based on the rescue of key concepts, such as “Sustainable Development”, and the history of previous International Conferences, which also dealt with water, as a way to understand the clashes currently taking place within the aforementioned meetings. We identified that there is an ideological and discursive reorientation about the perceptions and uses attributed to water, from the late 1980s and early 1990s, in which the most relevant, considering the scope of the work, is between “human right”, claimed by AWWF, and “economic resource”, claimed by the WWF. In order to glimpse the overcoming of this situation, it is necessary to recognize the multiplicity of meanings and perceptions that water carries, as well as the implications caused by a possible privatization of this substance, essential to all life forms.

Key words: Water; Sustainable Development; Narratives; International Conferences; Water Crisis

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Apresentação de quem é representado em cada Fórum	53
Quadro 2 – Percepções acerca de sustentabilidade	54
Quadro 3 – Noções de Governança e Participação	55
Quadro 4 – Visões sobre a água enquanto bem econômico.....	56
Quadro 5 – Visões e medidas sobre a crise ambiental	57

LISTA DE SIGLAS

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais

FAMA – Fórum Alternativo Mundial da Água

FMA – Fórum Mundial da Água

ONU – Organização das Nações Unidas

CMA – Conselho Mundial da Água

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – O FAROL ARRUINADO: O TRAJETO RUMO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	23
CAPÍTULO 2 – PELA HUMANIDADE: O PAPEL DAS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS	34
CAPÍTULO 3 – ÁGUAS TURBULENTAS: O CONFLITO ENTRE NARRATIVAS DOS FÓRUMS MUNDIAIS DA ÁGUA DE 2018	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61
ANEXOS	66
1. DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE – 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA	67
2. DECLARAÇÃO FINAL DO FÓRUM ALTERNATIVO MUNDIAL DA ÁGUA 	72

APRESENTAÇÃO

O nascimento dessa pesquisa é primeiro e profundamente atrelado às inquietações e questionamentos aos quais fui exposto ao longo da minha formação enquanto Cientista Socioambiental. Durante esta trajetória acadêmica e profissional, pude compreender e vivenciar problemáticas ambientais – algumas delas com um caráter evidentemente histórico, que se arrastam até a atualidade –, bem como o surgimento de novas, cada vez mais complexas. Pude utilizar alguns instrumentos e ferramentas instituídos/institucionalizados para tentar compreendê-las e buscar meios para evitar maiores impactos onde caberia. E finalmente, pude refletir interna e criticamente, a cada acontecimento ou pessoa que me contagiava com seus conhecimentos e vivências.

No início de 2015, em plena “crise hídrica”, amplamente noticiada graças aos regimes de racionamento de água, um evento significativo e intimamente relacionado a tais inquietações foi convocado através das redes sociais¹ em Belo Horizonte, após as deliberações tomadas pelo Poder Executivo do Estado de Minas Gerais e a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA). Mobilizando ambientalistas e membros da sociedade civil, este encontro que se uniu sob a chamada “A culpa não é do meu banho” objetivou ironizar o impacto que uma atividade tão simples como o banho ter se transformado no estopim de tal crise em escala estadual, além de evidenciar o contraste entre a simplicidade do mesmo e a complexidade e exigências necessárias para a condução de uma atividade de alto impacto e demanda hídrica, como a mineração.

Já no final de 2015, o maior crime contra a natureza da história brasileira ocorreu em Mariana – MG, explicitando (para alguns, ainda mais) a relação maléfica entre Estado e Mercado, ignorando os apelos da sociedade civil, com o objetivo de angariar mais capital, ao custo da exploração intensiva dos elementos constitutivos do ambiente. Coincidentemente, neste momento cursava a disciplina de Ecologia Política e Justiça Ambiental, a qual evidenciava o caráter politizador que o meio ambiente carrega, e como nossas relações, permeadas por instituições, distintos

¹ Para mais informações sobre o evento, acessar:
<<https://www.facebook.com/apoloheringerlisbo/posts/812399542164187>>;
<<https://universobh.wordpress.com/2015/02/08/a-culpa-nao-e-do-meu-banho/>>

atores sociais e o próprio Estado, realizam uma mediação acerca do que apreendemos.

Desde então, cogitava pesquisar sobre um elemento de relevância, seja no contexto regional, nacional, e até mesmo internacional: a água. Como tal substância pode ser transformada, ressignificada e disputada, seja pelo Estado ou por outros fatores externos ao mesmo? Como, e por quais mecanismos, tal fenômeno ocorre? E finalmente, como nossas ideias acerca desta se constroem? Permaneceriam as mesmas? Reforçariam algumas de nossas práticas, convencionadas como cotidianas, a respeito do meio ambiente? A partir desses questionamentos, da vivência do evento “A culpa não é do meu banho” e seus encontros subsequentes e de debates proporcionados por colegas e amigos da Academia, extensão e trabalho, pude ter os primeiros lampejos para a estruturação da presente monografia, os quais foram expostos e refinados pelos diálogos estabelecidos com a Prof.^a Rogata Soares Del Gaudio.

INTRODUÇÃO

A água, desde o princípio da organização das populações humanas em comunidade e da formação dos centros urbanos, mostrou-se como elemento essencial para assegurar a ocupação e eventual conquista do espaço. Santos (2017) afirma que os cursos d'água serviram como unidades espaciais determinantes ao longo da história do desenvolvimento dos centros urbanos, e que a organização dos mesmos em diversos momentos esteve atrelada a estes corpos hídricos. Com o advento da sociedade industrial e desenvolvimento do sistema econômico capitalista nos séculos XVIII e XIX, houve um aumento exponencial da exploração dos “recursos naturais” – dentre os quais, a própria água –, engendrando impactos ambientais negativos significativos. De acordo com Carvalho (2000)

É compreensível que no coração das tensões do mundo industrial nascente estivesse a disciplina de exploração da força de trabalho, [...] configurando-se como o cerne de sofrimento da classe operária em formação. A experiência urbana, nesse sentido, condensava violência social e degradação ambiental enquanto duas faces indissociáveis do novo modo de produção. (CARVALHO, 2000, p. 56)

Os desdobramentos causados por essa degradação ambiental crescente permitiram o florescimento de *sensibilidades*² que corresponderam em essência, a gradual mudança das percepções e sentimentos em relação à natureza – não para todos, nem em todos os lugares, nem ao mesmo tempo. Thomas (2010), ao analisar registros históricos da população britânica entre 1500-1800, demonstra como os medos e ideias pré-concebidas das pessoas relativas aos animais, plantas, florestas, rios, e dificuldades para a expansão das cidades, foram aos poucos se transformando em fatores dignos de atenção e preocupação, devido às consequências negativas e mudanças que traziam à vida humana. Todavia e apesar

² A pesquisa de Thomas (2010) se aprofunda em depoimentos, legislações, poemas e poesias e outros registros históricos que evidenciam como, em um primeiro momento, os seres humanos sentiam medo, aversão e ira em relação às plantas e animais. Com o passar dos anos, tal percepção, seja por conta das reinterpretações dos escritos religiosos da época, seja por conta da degradação ambiental cada vez mais explícita, seja por conta das profundas mudanças sociais que estavam ocorrendo no período histórico estudado, transformou-se aos poucos. Tal premissa é bem ilustrada por exemplo, no momento de contextualizar o surgimento de uma nova sensibilidade em relação aos maus tratos e violências desnecessárias contra os animais: “Ela nasceu da tradição cristã (heterodoxa) segundo a qual o homem devia cuidar da criação divina. Foi reforçada pela dissolução da velha tese de que o mundo existia exclusivamente para a humanidade; e finalmente se consolidou graças à ênfase na sensação e no sentimento como os fundamentos autênticos para a consideração moral. Dessa maneira, por sutil dialética, a tradição antropocêntrica foi reajustada até incluir os animais na esfera de preocupação moral.” (THOMAS, 2010, p. 206-207)

disso, as formas econômicas de exploração da natureza transformada em mercadoria, contraditoriamente se aprofundaram, não apenas na Inglaterra, mas em todo o mundo a partir da expansão do próprio capitalismo.

Entretanto, o que gostaríamos de ressaltar ao recorrer à pesquisa de Thomas (2010) é que o surgimento e complexificação das problemáticas ecológicas, bem como as reações a elas, não são fenômenos recentes; possuem diferentes maneiras de expressão conforme o tempo histórico. Se em um primeiro momento, e na Inglaterra, essas questões estiveram relacionadas aos maus tratos aos animais, sobretudo aqueles de carga, no presente as discussões em torno da problemática ambiental assumem novos contornos e novas questões.

Neste sentido, o desenvolvimento das raízes do que se compreende como uma defesa do meio ambiente, ou um ambientalismo contemporâneo, começaram a firmar-se no início da década de 60, com o surgimento de movimentos sociais que advogavam outras formas de relacionar-se com a natureza.

No contexto acadêmico, uma ocorrência notável foi a publicação da obra *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson em 1962, na qual é discutido o uso agressivo de pesticidas nas lavouras dos Estados Unidos. A autora argumenta que estes causavam intensos impactos às dinâmicas ecológicas dos ecossistemas locais, e conseqüentemente, em uma escala maior, à vida humana. Dez anos depois, já havendo acúmulo teórico e prático no que tange a tal debate, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo, Suécia, pautou pela primeira vez os fundamentos da atenção ao meio ambiente na esfera internacional, e desde então, alicerçou os encontros e fóruns subsequentes.

O princípio 19, listado no documento redigido ao final da Conferência expressa o seguinte:

[...] É igualmente essencial que os meios de comunicação de massas evitem contribuir para a deterioração do meio ambiente e, ao contrário, difundam informação de caráter educativo sobre a necessidade de protegê-lo e melhorá-lo, a fim de que o homem possa desenvolver-se em todos os aspectos. (DECLARAÇÃO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE HUMANO, 1972, p. 5. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc> Acesso em 12 de outubro de 2019.)

Ao elencar a mídia enquanto uma das responsáveis pela disseminação de informações com cunho voltado para o campo ecológico, este espaço de debate internacional passa a ser “legitimado” enquanto instância e foro da discussão ambiental. A divulgação e o envolvimento da imprensa nesse discurso, garantiria, assim, respaldo às decisões tomadas nas diversas Conferências, bem como possibilitaria a democratização e, ao mesmo tempo, a vulgarização da discussão (BONFIGLIOLLI, 2005). Dessa forma, o debate no campo ambiental, além de carregar historicamente uma série de sensibilidades e contradições, seja nos contextos local, regional ou (inter) nacional, remete a um conjunto de questões de ordem técnica, política, social, histórica, cultural e até mesmo comunicativa, atualmente ligadas a uma estrutura social altamente globalizada. Para além da dimensão globalizante, há que se considerar também o quanto as sociedades contemporâneas estão radicalizadas no consumo acentuado e no lucro extremamente concentrado e que abstrai constantemente os problemas ecológicos (NOAL, 2000).

Tal premissa é especialmente evidente no debate em torno da água. Na esfera internacional, Ribeiro (2008) relembra a realização do primeiro grande ciclo de Conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) na década de 1970, do qual fez parte a Conferência de Mar Del Plata, na Argentina, a primeira a versar sobre metodologias para evitar uma crise hídrica e fortalecer laços entre governos e Estados para a resolução das adversidades que envolvessem a água. A partir dela,

surgiram vários ministérios de recursos hídricos pelo mundo, foram realizadas inúmeras pesquisas sobre água, difundiu-se a crise da água e suas possíveis consequências ao longo dos anos, e foram criados diversos programas internacionais de cooperação técnica e científica sobre recursos hídricos, deixando um rastro nada desprezível (RIBEIRO, 2008, p. 79).

Contudo, mesmo com a existência de conjuntos históricos de proposições, resoluções e dispositivos em nível internacional, não significa que os países tenham posto em prática tais planos de ação ou efetivado alguma das convenções aprovadas em conjunto.

O Brasil é um exemplo significativo desta premissa, pois se de um lado posicionava-se em favor da resolução democrática e protecionista em relação ao meio ambiente bem como em relação às convenções internacionais, de outro era

possível constatar graves problemas ambientais de ordens diversas. Por exemplo, e tomando a questão da água como centralidade, entre 2014 e 2015, especificamente nos verões, a região sudeste sofreu uma drástica redução do nível de chuvas – especialmente Minas Gerais³ e São Paulo⁴. Este evento repercutiu consideravelmente no abastecimento das regiões metropolitanas das capitais e outros municípios dos referidos estados. O diferencial neste caso foi que a redução da água distribuída não se limitou às áreas periféricas; atingiu também bairros de classe média e alta, tornando explícita a disparidade do acesso à água e dando visibilidade à crise hídrica que já vinha ocorrendo há muitos anos⁵. De acordo com Marengo *et al* (2015)

A média histórica (1983-2014) de precipitação sobre a região do Cantareira durante janeiro (segundo a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP) é de 268 mm, sendo que durante janeiro de 2014 foi de apenas 87,9 mm (ou perto de 180 mm, ou 67% abaixo da média histórica). [...] Nas bacias de contribuição dos principais reservatórios de abastecimento urbano da Região Sudeste, [...] contou-se com vazões afluentes aos reservatórios inferiores à média histórica, o que impediu que os reservatórios recebessem o volume de água esperado para essa época do ano. (MARENGO *et al*, 2015, p. 38-40)

³ “Seca em Minas Gerais pode ser pior em 2015” Disponível em:

<https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/01/07/interna_gerais,605447/seca-em-minas-gerais-pode-ser-pior-em-2015.shtml> Acesso em 20 de setembro de 2019.

⁴ “Sistema Cantareira: entenda a crise hídrica em São Paulo” Disponível em:

<<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2014/05/crise-hidrica-em-sao-paulo-era-previsivel>> Acesso em 20 de setembro de 2019.

⁵ A pesquisa realizada por Freitas (2013), que traz o histórico das políticas de saneamento básico implementadas no Brasil durante o século XX é relevante para contextualizar o que foi denominado “crise hídrica” por parte dos governos estaduais durante o período de estiagem mencionado. Apesar do estabelecimento de companhias ao longo do século passado para a implementação dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto nas capitais e municípios do interior, as metas propostas demoraram para serem atingidas, e ainda assim com ressalvas. Dessa forma, os problemas recentes vivenciados por certa parcela da população já não eram novidade para as regiões pobres e periféricas. Freitas afirma que “[...] a falta de condições adequadas de saneamento continuou prevalecendo em muitas periferias urbanas brasileiras, e a década de oitenta foi marcada pelo armazenamento de água de chuva em poço de cimento ou tambor, a retirada de água de cisternas, o carregamento de água em latas (nos ombros ou em carrinhos de madeira), o transporte de água filtrada em garrafas de plástico dos locais de trabalho às residências dos “pobres urbanos,” a compra de água nos carros-pipa, a deposição dos dejetos humanos e domiciliares em fossas e a abertura de valas para escoamento destes.” (FREITAS, 2013, p. 70) Ou seja, a crise hídrica não se trata puramente de abastecimento: envolve também a disponibilidade e universalização dos serviços de saneamento básico, que até os dias atuais, não foi alcançada e ainda atinge parte significativa da população.

Ou seja, à primeira vista, o período de estiagem que acometeu São Paulo e Minas Gerais foi resultado de uma alteração climática intensa, que afetou o regime de chuvas e conseqüentemente reduziu a disponibilidade hídrica da região. É relevante mencionar que esta não deve ser a única variável a ser levada em consideração, pois a poluição dos córregos e rios com lançamento indevido de esgoto, a retificação dos cursos d'água nos grandes centros urbanos, o assoreamento, a desproporcionalidade na quantidade de água captada pelo setor industrial e agrícola, por exemplo, também afetam de forma direta tal disponibilidade. Na época, após reunião com integrantes do governo da então presidenta Dilma Rousseff (PT), o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT), declarou que “pela primeira vez, o Governo Federal tomou conhecimento da gravidade da situação hídrica de Minas Gerais. Na região metropolitana, mas também no restante do estado, especialmente no Norte, a situação é grave”⁶. Entretanto, apesar do reconhecimento e garantia do apoio institucional pelo governo federal para solucionar a crise, algumas das medidas divulgadas pela COPASA⁷ foram recebidas com muita resistência, entre elas:

[...]

4 – Revisar os procedimentos de operação do sistema integrado visando minimizar os transtornos causados pela falta d'água em localidades da RMBH. **Trata-se de rodízio no abastecimento a ser realizado com programação pré-definida.**

5 – Realizar Campanha Educativa com o principal objetivo de reduzir o consumo de água em pelo menos 30% na RMBH.

6 – Intensificar a contratação de caminhões pipa e a perfuração de poços artesianos, nas regiões mais críticas também no restante do Estado para atendimentos emergenciais.

[...]

⁶ “Pimentel apresenta medidas emergenciais para garantir recursos hídricos em MG” Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PfkckYkk5IU>> Acesso em 18 de abril de 2019.

⁷ “Nova direção da COPASA pede à população uma redução de 30% no consumo de água” Disponível em: <<http://www.copasa.com.br/wps/portal/internet/imprensa/noticias/releases/rel2015/janeiro15rel/nova-direcao-da-copasa-pede-a-populacao-uma-reducao-de-30-no-consumo-de-agua/>> Acesso em 18 de abril de 2019.

8 – Atuar na adoção de outros mecanismos previstos legalmente, **associados ao racionamento de água, inclusive mecanismos tarifários de contingência aprovados pela ARSAE**, se for o caso.

9 – Executar a captação de 5 m³/s no Rio Paraopeba para a Estação de Tratamento de Água do Rio Manso.

(COPASA, 2015. Disponível em:

<<http://www.copasa.com.br/wps/portal/internet/imprensa/noticias/releases/re12015/janeiro15rel/nova-direcao-da-copasa-pede-a-populacao-uma-reducao-de-30-no-consumo-de-agua/>> Acesso em 18 de abril de 2019, grifos meus.)

Estas “orientações” foram questionadas por representantes da sociedade civil e rapidamente geraram movimentação entre a população e ambientalistas⁸. A primeira razão foi cristalizada na medida número 8, que previa a possibilidade de tarifação pelo uso excessivo de água e respaldada na fala de Pimentel após o encontro citado anteriormente. A segunda advinha da incongruência em torno das medidas, visto que elas estavam focadas no consumo doméstico, não havendo qualquer menção a outras atividades que utilizavam e utilizam grandes volumes de água para o funcionamento, como o agronegócio, a indústria e, especialmente no caso de Minas Gerais, a mineração. Há também uma terceira, referente à gestão institucional da água, contrapondo-se às argumentações de ordem puramente natural – como a falta de chuvas –, muito compartilhadas pela mídia. Neste sentido, Jardim (2015) pondera:

Parece contraditório, mas será possível “crise hídrica” no país de maior potencial hídrico do mundo? Isso, evidentemente, leva a pensar como causa dessa “crise” o despreparo dos governos estaduais para soluções de problemas de médio e longo prazo relativos à captação, armazenamento, tratamento e distribuição de água potável no Brasil, uma vez que as empresas de administração dos recursos hídricos são de competência dos estados e, mais do que isso, não se trata de um acontecimento novo, já que o episódio do “apagão”, vivenciado pelo brasileiro entre os anos 2001 e 2002 trouxe à tona várias questões que já deveriam ter sido resolvidas a fim de evitar outras “crises” como a que acontece no momento. (JARDIM, 2015, p. 70)

⁸Para mais informações sobre os eventos, acessar: <<https://www.otempo.com.br/cidades/campanha-a-culpa-n%C3%A3o-%C3%A9-do-meu-banho-questiona-a%C3%A7%C3%B5es-contra-crise-1.988022>>;

Tendo em vista o exposto, resgatando a reflexão de Bonfiglioli (2005) e a cobertura jornalística e midiática intensa neste período⁹, é plausível afirmar que o conjunto de notícias, com seus respectivos tratamentos, *constituiu uma narrativa*. Motta (2005) afirma que

A narrativa traduz o conhecimento objetivo e subjetivo do mundo (o conhecimento sobre a natureza física, as relações humanas, as identidades, as crenças, valores e mitos etc.) em relatos. A partir dos enunciados narrativos somos capazes de colocar as coisas em relação umas com as outras em uma ordem e perspectiva, em um desenrolar lógico e cronológico. [...] Isso quer dizer que a forma narrativa de contar as coisas está impregnada pela narrativa, a qualidade de descrever algo enunciando uma sucessão de estados de transformação. (MOTTA, 2005, p.2)

Motta, Costa e Lima (2004), analisando a mídia jornalística, adicionam ainda que as notícias são produtos culturais com caráter ritualístico e antropológico. As histórias, descritas por elas em repetição, durante um período, podem possuir um enredo subtendido, escondendo então uma trama, uma sintaxe narrativa, que possui conflitos, protagonistas, antagonistas e cenários únicos. No caso, a grande atenção dada à água ressaltou a sua centralidade enquanto um recurso indispensável para as atividades mais básicas da população; ao mesmo tempo, abriu o campo de discussão para fatores que lhe são correlatas, como a gestão institucional e variáveis ambientais.

Finalmente, ao colocar em evidência a “crise” vivenciada por São Paulo e Minas Gerais em 2014-2015, questionamos: qual a razão por detrás da justificativa utilizada para legitimar este fenômeno? A explicação para o mesmo seria restrita a um contexto institucional *local*? Esta seria fundamentada em premissas puramente técnicas? Ou haveria pretextos de outras ordens em ação? Torna-se pertinente ainda, para compreender mais profundamente essa questão, analisar as esferas de debate internacionais e investigar quais são suas reverberações dentro de um Estado; o que é efetivamente adotado; o que é dito a respeito disso; e se tais fatores chegam a influenciar a população de alguma maneira.

Para isso, a análise empreendida neste trabalho terá como norte a seguinte indagação: **como e em qual direção as narrativas construídas a partir das**

⁹ Cf. MARTIRANI e PERES, 2016.

discussões e resoluções adotadas nas conferências internacionais que versam sobre a água, orientam a percepção sobre os múltiplos usos da mesma? Partimos da hipótese de que os recursos naturais, dentro de um regime de acumulação e produção capitalista, são dotados de valor econômico, gerando, após seu processamento em bens de consumo e produtos, lucro para quem os vender. A água, em princípio, não deveria ser incluída nesta lógica, visto que ela é um elemento indispensável para a permanência da vida no planeta e mercantilizá-la restringiria o seu acesso. Contudo, observando os casos de reestruturações de empresas públicas brasileiras para a privatização dos serviços de saneamento básico no auge do neoliberalismo na década de 1990 (FREITAS, 2013), bem como o deslocamento discursivo da água enquanto direito para mercadoria (RIBEIRO, 2008), torna-se fulcral compreender quais narrativas acerca da água estão em curso. Nesse sentido, buscamos compreender como a água, enquanto personagem principal no campo de representação e discussão internacional, foi e tem sido apreendida, atendendo a quais interesses específicos ou destacando determinados usos em detrimento de outros.

Destarte, o trabalho objetiva compreender se há – e qual seria – uma possível articulação entre os discursos estruturados a partir de tais resoluções adotadas nestes fóruns internacionais e seus argumentos, com vistas a desvelar os interesses apontados como relevantes e a prevalência de uns sobre outros no que tange à multiplicidade de usos da água. Assim, o trabalho possuirá como referência dois encontros expressivos que ocorreram em solo brasileiro no ano de 2018: o 8º Fórum Mundial da Água (FMA), e o Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA), ambos sediados em Brasília. Enquanto o primeiro contou com a presença significativa de representantes de governo, empresas e outros atores ligados a um campo evidentemente mais institucional, o Fórum Alternativo, que ocorreu paralelamente ao evento principal, foi composto principalmente por acadêmicos, ambientalistas, representantes da sociedade civil e ONGs, que prezam por uma discussão mais radical sobre os temas abordados no encontro principal.

De forma específica, procuramos atender aos seguintes objetivos:

- Analisar os fóruns de interesse para a discussão sobre os recursos hídricos e compreender as principais resoluções de cada um;

- Avaliar e classificar o conteúdo das resoluções contidas nos principais documentos dos fóruns escolhidos;
- Compreender se há uma estrutura narrativa que interligue os pontos levantados pelas conferências e evidencie a mudança dos usos e potencialidades da água;
- Contextualizar embates políticos de relevância dentro da temática hídrica e ambiental enquanto um meio para compreender a construção social dos sentidos e percepções em torno da água, respaldando-se nas resoluções das conferências internacionais sobre a água.

Aspectos como democratização do acesso ao recurso, governança, mercantilização da água e crise socioambiental serão os temas de interesse na análise, buscando compreender o que permaneceu e o que foi sendo modificado no âmbito dos Fóruns supracitados. Nesse sentido, interessa compreender se houve e qual foi a mudança em relação à água nessas conferências: ela permanece como direito? Encaminham-se as discussões para sua mercantilização? Ao aprofundarmos nestas questões, buscaremos compreender em que elas implicam implícita e explicitamente. Essas questões serão verificadas com base na produção bibliográfica já efetuada acerca dessa temática. Além disso, utilizaremos a Análise de Conteúdo para sistematizar esses temas. Conforme Bardin (2011),

O propósito é atingir o armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que este obtenha o máximo de informação (aspecto quantitativo), com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo). A análise documental é, portanto, uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados. (BARDIN, 2011, p. 47)

Portanto, independentemente do tipo de material coletado, o primeiro passo é prepará-lo. A autora também comenta que a seleção dos documentos deve estar alinhada com o objetivo da pesquisa, e segue um conjunto de regras: “exaustividade” (a análise deve ser completa e aprofundada, considerando a totalidade dos documentos existentes e uma justificativa forte para a não inclusão de algum deles); “representatividade” (o resultado obtido através da análise pode ser generalizado a todo o conjunto); “homogeneidade” (os critérios de escolha dos documentos não devem possuir singularidade exacerbada, prejudicando os resultados da análise); “pertinência” (é preciso que a documentação seja correlata e

relevante ao tema pesquisado) – para que os resultados da mesma não sejam comprometidos. (idem, 2011, p. 122-124).

Devido ao escopo do tema abordado, faz-se necessário revisar alguns marcos para que a análise seja executada. No primeiro capítulo, revisaremos o conceito de Desenvolvimento Sustentável, traçando suas origens enquanto uma forma de legitimação do modo de produção capitalista e primazia pela resolução técnica e mercantil dos problemas ambientais (ESTEVA, 2000; CARNEIRO, 2005). Esse conceito, como ideologia e método educativo mascara as raízes de tais problemas, bem como aliena o cidadão “comum” em sua relação com a natureza (OLIVEIRA, 2005; LOUREIRO & LAYRARGUES, 2013; FREITAS & DEL GAUDIO, 2015a). Isso faz-se necessário pois o debate em torno da água necessariamente remete à gestão da mesma enquanto recurso, algo que é indispensável para a consolidação de abordagens que sejam condizentes com a ideia do Desenvolvimento Sustentável.

No segundo capítulo trataremos de conferências internacionais significativas (RIBEIRO, 2008; OLIVEIRA, 2011), tendo como eixo unificador o tratamento que foi conferido às águas, de forma crítica, embora mais generalizada. Recuperar estas discussões basilares dentro da temática hídrica torna-se essencial para compreender o embate que persiste na atualidade. Referimo-nos à transformação da água em um recurso natural gestionável, de caráter explicitamente mercantil (FREITAS & DEL GAUDIO, 2015b), sem aparente preocupação com as limitações naturais que acompanham essa substância (SHIVA, 2000) e caminhando para um cenário em que a mesma, paulatinamente, distancia-se enquanto um direito humano (RIBEIRO, 2008).

Por fim, no terceiro capítulo, direcionaremos a análise para os Fóruns de interesse do trabalho, buscando suas principais resoluções e comparando-as. Tal abordagem se justifica devido a necessidade de captar e compreender as nuances que estão por trás das decisões tomadas dentro dos Fóruns Mundiais e voltadas à compreensão dos impactos que elas podem acarretar¹⁰. Dessa forma, estarão explícitos os preceitos que guiam os Fóruns, bem como sua articulação com conceitos que serão explorados ao longo do presente trabalho.

¹⁰ Cf. FURIGO e SAMORA, 2019.

CAPÍTULO 1

O FAROL ARRUINADO: O TRAJETO RUMO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Na atualidade, há uma espécie de concordância generalizada com a ideia que a natureza está sob ameaça em escala global devido a uma miríade de fenômenos: progressão da desertificação devido ao desmatamento intensivo de florestas; agravamento do efeito estufa em consequência da queima de combustíveis fósseis; intensidade amplificada de eventos climáticos como tornados e furacões; a perda da biodiversidade; a diminuição da disponibilidade hídrica em locais antes considerados abundantes, entre outros. A princípio, para que se alcancem as soluções destes problemas, no seio da sociedade globalizada, seria necessária a criação e aplicação de novas tecnologias, orientadas por um planejamento racional e que envolva os diferentes setores da sociedade (ZHOURI, LASCHEFSKI, PEREIRA, 2005).

Tal visão está intimamente ligada ao conceito de Desenvolvimento Sustentável, anunciado pela primeira vez pela ONU com a publicação do “*Nosso Futuro Comum*”, ou Relatório Brundtland, em 1987. A definição chave para o conceito segue: “O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades.” (BRUNDTLAND, 1988, p. 46). Todavia, apesar de o documento se explicar com relação aos detalhes centrais de sua premissa – determinar o que são e quais são as necessidades; como o crescimento econômico deve ser orientado; os passos para que se atinja a equidade social – o que permaneceu implícito foi o seu caráter alienante (OLIVEIRA, 2005). Mesmo após a incorporação de uma variedade de interpelações ao longo das décadas que seguiram, até chegar a sua forma contemporânea (como será exposto adiante), o Desenvolvimento Sustentável atuou enquanto uma ideologia que visou (e visa) a manutenção do modo de produção dominante, sem questionar os fundamentos das problemáticas ambientais enfrentadas hoje. (FREITAS e DEL GAUDIO, 2015b).

Para que se prossiga com a crítica, é crucial compreender em primeiro lugar, a terminologia do termo “desenvolvimento”, pois é a partir deste que se estabeleceram as bases para o surgimento do Desenvolvimento Sustentável.

Esteva (2000), ao explorar a história do conceito “desenvolvimento”, remonta primeiramente a uma categoria de cunho biológico, na qual desenvolvimento é um

“processo pelo qual são liberadas as potencialidades de um objeto ou organismo, para que este alcance sua forma natural, completa e amadurecida.” (p. 62) Com o advento dos estudos elaborados por Caspar Friedrich Wolff (1759) e Charles Darwin (1859), o conceito converteu-se em “um movimento na direção de uma forma *sempre mais perfeita*” (p.62).

Num segundo momento, o desenvolvimento deslocou-se para uma categoria de cunho “social”, na qual intentou-se determinar o destino das estruturas organizacionais da sociedade. Por fim, Esteva (2000) destaca a apropriação do conceito por Marx, a partir de uma perspectiva histórica, mesclando as categorias anteriores e ampliando ainda mais o sentido do termo. Partindo destas apropriações, ele também foi utilizado para caracterizar a expansão urbana, o crescimento econômico e a mobilidade social. Esteva (2000) argumenta que

passo a passo, fizeram do termo desenvolvimento uma palavra com um perfil tão preciso como o de uma ameba. Hoje, ele é um mero algoritmo cujo significado depende do contexto em que é utilizado. Pode-se referir a um projeto habitacional, à sequência lógica de um pensamento, ao despertar da mente de uma criança, a um jogo de xadrez ou ao crescimento dos seios de uma adolescente. No entanto, embora careça de qualquer precisão quando não devidamente qualificado, a palavra em si está firmemente estabelecida na percepção popular e intelectual. E sempre aparece como uma evocação de uma rede de significados na qual fica irremediavelmente preso aquele que usou o termo. (ESTEVA, 2000, p. 64)

Ou seja: a variabilidade que “desenvolvimento” carrega permite que o mesmo possa ser apropriado, desdobrado e utilizado de múltiplas maneiras. Ainda seguindo o raciocínio de Esteva (2000),

quando a maioria das pessoas utiliza o termo “desenvolvimento” estão dizendo exatamente o contrário daquilo que querem expressar. Todos se confundem. Ao utilizar tão indiscriminadamente uma palavra tão carregada de conotações, que, além disso, está destinada à extinção, essas pessoas prolongam sua agonia, transformando-a em uma condição crônica. Do cadáver ainda desenterrado do desenvolvimento, começam a surgir e a espalhar-se todos os tipos de pragas. (ESTEVA, 2000, p. 59)

Com esta afirmação, o autor tem como intenção desconstruir e problematizar uma apropriação específica de desenvolvimento, proveniente da conjuntura pós 2ª Guerra Mundial. Foi em janeiro de 1949 que o recém empossado presidente dos

Estados Unidos, Harry S. Truman, discursou a favor do progresso científico e industrial, de forma a prestar auxílio ao que denominou “áreas subdesenvolvidas” (SACHS, 2000; ESTEVA, 2000). Ao empregar tal termo, Truman concebeu uma escala de evolução social, na qual um Estado, poderia ser classificado de acordo com a produtividade de suas fábricas, com o poder aquisitivo de seu povo, com os avanços tecnológicos que estes detinham. (SACHS, 2000; ESTEVA 2000) Não coincidentemente, tal classificação atingiu de forma direta os países do hemisfério Sul, e tal qual como um farol à beira do mar, a luz do desenvolvimento corresponderia ao guia para estes países (SACHS, 2000).

Neste ponto em diante, como uma corrida para alcançar os países ditos desenvolvidos, uma forma de relacionamento com a natureza fundamentada na exploração intensa dos “recursos naturais” já em curso, radicalizou-se. Na leitura de Carneiro (2005), esse processo, evidentemente capitalista, estruturou-se no processo de transformação dos objetos em mercadorias, para a obtenção de “moeda”, um *valor de troca*, descrito com mais detalhes por Marx. Para Carneiro (2005), Weber, em sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, complementa a lógica desse processo resgatando as motivações por detrás dessa ação, que, em princípio, seriam religiosas. Quando o trabalho passou a envolver a circulação de mercadorias e moedas, as pessoas dignas de salvação seriam justamente aquelas com mais capital, ou seja, que “mais trabalharam”. Foi a partir dessa associação e lógica entre mercadoria, salvação religiosa e trabalho que os elementos da natureza perderam seus valores intrínsecos: foram-lhes atribuídos valores monetários (CARNEIRO, 2005), transformando-os em *recursos naturais* (SHIVA, 2000), simples ingredientes para a fabricação de uma miríade de produtos, como as fibras sintéticas e os fertilizantes químicos, por exemplo.

Dialogando com Freitas e Del Gaudio (2015b), uma forma de disseminação e naturalização dessa lógica pode se materializar por meio de interpelações ideológicas, e isso ocorreu por meio da chamada *Ideologia do Progresso* (FURTADO, 1978 *apud* FREITAS E DEL GAUDIO, 2015b). Esta pretendeu o apaziguamento da luta de classes, reforçando a interdependência entre as mesmas e disciplinando e enfraquecendo – porém não apagando – grupos de caráter anticapitalista. Deste modo, a apropriação da natureza sob formas predatórias se justificava pela necessidade do progresso.

Nas décadas seguintes, tanto os países considerados como desenvolvidos e os classificados como subdesenvolvidos adotaram, portanto, a *lógica desenvolvimentista*. A degradação ambiental gerada por essa exploração exacerbada dos “recursos naturais”, especialmente na década de 1970, já mostrava sinais de que o modelo em vigência possuía limitações, e que seus impactos não se restringiam às fronteiras políticas e administrativas convencionadas pelos seres humanos. Contudo, diante deste cenário, o que se pode notar foi a reorganização da lógica dominante, dando margem para novas tomadas de ação como forma de lidar com os problemas nascentes. No tocante a este tópico, Sachs (2000) declara que

Os países descobriam que não eram entidades auto-suficientes, mas sujeitos à ação dos outros países. Assim, surgiu uma nova categoria de problemas: as “questões globais”. A Conferência de Estocolmo foi o prelúdio de uma série de grandes encontros das Nações Unidas durante toda a década de 70 (sobre população, alimentos, assentamentos humanos, água, desertificação, ciência tecnologia, energia renovável) com a proposta de modificar a percepção pós-guerra de um espaço global aberto onde cada nação pode se empenhar isoladamente em maximizar o crescimento econômico. Em vez disso, uma perspectiva diferente começou a ser promovida: de agora em diante, passa a vigorar o conceito de um sistema mundial inter-relacionado, o qual é visto operando sob um certo número de pressões comuns. (SACHS, 2000, p. 118)

É neste momento histórico na década de 1970, e sob a ótica dos problemas globais, que diversas nações, especialmente as consideradas subdesenvolvidas se viram em uma posição conflitante: de um lado, caso seguissem as orientações elaboradas durante esse ciclo de encontros, implementando as políticas ambientais ditas necessárias e deixando de utilizar os recursos naturais de modo a não esgotá-los, seus processos de desenvolvimento seriam diretamente minados. De acordo com Oliveira (2005) esse conjunto de proposições objetivava a obediência à lógica de manutenção do capital, ao mesmo tempo em que os processos de desenvolvimento dos outros países eram obstruídos para que o receituário das nações mais poderosas fosse seguido à risca. E de outro, países como o Brasil, por exemplo, defendiam a manutenção dessas formas de exploração da natureza sob a justificativa de alcançar o desenvolvimento.

Aqui já é possível vislumbrar uma interpelação tomando forma e agindo de maneira concomitante com a Ideologia do Progresso, que no caso, é a *Ideologia do*

Desenvolvimento. Esta foi organizada por grupos externos e internos específicos de determinado espaço nacional, carregando uma feição autoritária, uma vez que possuía como objetivo a expansão do modelo industrial da sociedade e a aceleração da acumulação e criação de capital (FURTADO, 1978 *apud* FREITAS e DEL GAUDIO, 2015b). Portanto, há então duas perspectivas agindo de forma simultânea e moldando as maneiras de atuação dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos no trato com a natureza.

De acordo com Oliveira (2005), essa reorganização, especialmente em conjunto com as medidas propostas pelo Clube de Roma – que tratou sobre os “Limites do Crescimento” – e pela Conferência de Estocolmo – que tratou sobre a adoção de políticas para a diminuição dos níveis de poluição ecossistêmica –, foi o estopim de uma movimentação incisiva por parte dos países da periferia capitalista. Para o autor, a chamada crise do petróleo, na qual um embargo executado por parte dos países árabes exportadores, somado a uma elevação vultosa dos preços dos barris de petróleo, explicitou mudanças relevantes para a relação entre desenvolvidos e subdesenvolvidos e, conseqüentemente, a estruturação de um dos fundamentos do Desenvolvimento Sustentável, pois este evento

adicionava à balança de poderes centro/periferia uma nova intempérie na reprodução constante da relação internacional então existente: países periféricos não obedecendo o pacto de sustentação [dos países desenvolvidos] e expondo a máquina econômica capitalista à perigosa falta da natureza-combustível. Destarte, a preocupação não poderia ser somente a obliteração da natureza como recurso; **também ficava claro que uma gestão protocolar dos recursos naturais dos países periféricos era vital, para impedir choques decorrentes da falta de fornecimento dos recursos naturais pela periferia** (OLIVEIRA, 2005, p. 42-43, grifos meus.).

Freitas e Del Gaudio (2015a) tais eventos como manifestações das falhas de um modelo fordista de produção de crescimento econômico, que não concretizou as vias para alcançar o progresso e o desenvolvimento. Em vez disso, “outros mecanismos de interpelação tiveram que ser construídos de modo a garantir a sustentação de certo modo de vida, bem como assegurar a manutenção de desiguais mecanismos de poder econômico, militar e tecnológico – e sua legitimidade (FREITAS e DEL GAUDIO, 2015a, p. 2)

Esses processos expandiram ainda mais o campo de debates sobre a lógica do desenvolvimento. Entretanto, estes debates não foram protagonizados apenas pelo Estado, visto que brechas foram abertas para que grupos e indivíduos pudessem criticar a lógica desenvolvimentista em curso, dentre os quais se destacavam os estudiosos da *ecologia política*. Zhouri, Laschefski e Pereira (2005) comentam:

Ao criticar os custos crescentes da reprodução do sistema produtivo, o pensamento da ecologia política expressava um avanço às análises então vigentes que enfocavam as contradições do modo de produção capitalista. O que se denunciava era uma alienação mais radical do que a simples expropriação da mais-valia, qual seja, a alienação entre a sociedade industrial e a natureza, o sujeito e o mundo. (ZHOURI, LASCHEFSKI, PEREIRA, 2005, p. 13)

Ou seja, é neste clima de tensionamento e reorganização das relações capitalistas, de evidente e crescente desgaste da natureza e de enfraquecimento da lógica do desenvolvimento, que surgem as reações para justificar, sob outros termos, essas formas de exploração da natureza e dos próprios homens. Isso se materializou através da designação da comissão da ONU que elaborou o que viria a ser conhecido como Relatório Brundtland. Já na década de 1990, com a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), foi proposta a Agenda 21. Estes são dois documentos centrais – porém não os únicos – para a compreensão da resolução dos problemas ambientais em escala global através de um “novo” modelo de desenvolvimento e estabelecimento de metas ditas “universais”.

A Agenda 21 é a grande bíblia para implantar o Desenvolvimento Sustentável. [...] Influindo em diversas áreas e criando políticas diretas bastante abrangentes, tudo passa a ser refletido segundo sua “sustentabilidade”: “agricultura sustentável”, “dinâmica demográfica sustentável”, “padrão de consumo sustentável”, “sustentabilidade do produto”, entre outros. A impregnação da sustentabilidade em toda a política econômica e social mostra o claro interesse em contaminar a todos com este ideal e com a carga de convicções que contém. (OLIVEIRA, 2005, p. 43)

Retomando Freitas e Del Gaudio (2015b), outra ideologia entra em cena, que é a *Ideologia do Desenvolvimento Sustentável*. Entretanto, ela é fruto de uma crise global, e envolvendo aspectos chave das ideologias supracitadas. Para os autores,

Fazia-se mister, portanto, diante das lutas e “questão ecológica” metamorfosear e atualizar discursivamente as “Ideologia do Progresso” e “Ideologia do Desenvolvimento” em “Ideologia do Desenvolvimento Sustentável”, de modo a legitimar ainda mais, certas formas dominantes de apropriação e relação com a natureza no modo de produção capitalista. Observamos, assim, a exacerbação discursiva da crise ambiental, na mesma medida em que as esvaziavam os discursos e práticas que a relacionavam às lutas sociais e/ou às classes sociais. Esse processo, por sua vez, foi relacionado ao conflito de e entre as gerações, procurando amalgamar todos em tono da crise ecológica e da “salvação do planeta”. (FREITAS e DEL GAUDIO, 2015b, p. 443)

À primeira vista, esta “nova” ideologia transpassa todas as classes sociais, visto que ela se distingue por propagar ideias difusas e generalistas, aparentemente aplicáveis a todos. Porém, esta é uma faceta pontual do modo de operação desta ideologia, visto que a mediação realizada pela mesma, reafirma uma maneira impositiva e neoliberal de tratar desenvolvimento. Os autores reforçam que esta mediação ao promover, por exemplo, a criação de um novo discurso “ecológico”, crítico à modernização a qualquer custo da sociedade; novas representações da natureza, transpondo-se de “infinita e grandiosa” para “finita e frágil”; faz com que os riscos, simulações e representações similares do espaço dominem, sem efetivamente pautar as razões estruturais para tal. Em virtude disso, o que efetivamente está ocorrendo é a assimilação do Desenvolvimento Sustentável enquanto ideologia. Freitas e Del Gaudio (2015a) dizem:

Entendemos, portanto, ser a Ideologia do Desenvolvimento Sustentável a construção de diversos discursos, práticas e argumentos que se caracterizam por possuir formas e mecanismos de interpelação relacionados à insustentabilidade do crescimento econômico atual e pautados pelos nos riscos iminentes de esgotabilidade da natureza – que por sua vez, obscurecem processos históricos que os produziram, bem como as atuais, e desiguais, relações de poder que os sustentam. (FREITAS e DEL GAUDIO, 2015a, p. 3)

Ainda no tocante à face ideológica do Desenvolvimento Sustentável, Carneiro (2005) reflete sobre as ponderações da ideia de *doxa*, trazidas por Bourdieu.

Carneiro (2005) afirma que, quando uma ideia é discutida enquanto um consenso sem o questionamento crítico dos seus fundamentos, tornando os indivíduos cúmplices da mesma ao evocarem dentro de tal discussão os argumentos que a sustentam de modo subjetivo, consolida-se uma *doxa*. Constituída a *doxa* dentro da “questão ambiental”, torna-se viável, interessante, e até mesmo necessário apelar para posicionamentos e apropriações numerosas e específicas mediante os interesses e atores sociais envolvidos. Assim, pode-se inferir que a lógica trazida pela Ideologia do Desenvolvimento Sustentável, apesar de aparentar ser ampla e democrática, é na verdade restritiva e inócua, pois, ao privilegiar quem detém domínio técnico e linguístico, este indivíduo ou grupo é considerado como “capacitado” para a tomada de decisões. Ou seja, a aplicação dessa regra exclui os maiores afetados em conflitos e outras situações de tensão.

As lutas sociais pela apropriação das condições naturais são então reduzidas a uma discussão – entre interlocutores (cientistas, jornalistas, acadêmicos, ambientalistas, técnicos, burocratas, ONGs etc.) que se consideram “legítimos” e “responsáveis” – em torno dos múltiplos usos das condições naturais, discussão em que cada agente evoca a noção equívoca de desenvolvimento sustentável para caucionar seu posicionamento. Dessa forma, nos conflitos concretos e particulares, quanto mais os adversários se engajaram nas lutas mais renhidas – nas quais cada um se proclama fiel à noção de desenvolvimento sustentável – mais eles se tornam objetivamente cúmplices na tarefa de colocar a própria validade da noção de desenvolvimento sustentável aquém de qualquer questionamento, reforçando-a em sua qualidade de *doxa*. (CARNEIRO, 2005, p. 42)

Além disso, Carneiro (2005) expõe concomitantemente que, quando não há a inserção da discussão sobre o modo de produção capitalista e o papel do Estado na equação do Desenvolvimento Sustentável, o questionamento que deveria ser, à princípio, “como se produz”, passa a ser “o *que* se produz”. Essa movimentação de fundamento torna possível reorganizar politicamente a premissa do conceito e torna-lo “ecológico” e “socialmente justo”, tirando do cerne o fator produtivo. Entretanto, isso revela-se uma armadilha ideológica, já que o limite econômico do desenvolvimento sustentável esbarra diretamente na compatibilização impossível entre acumulação e reposição infinita dos recursos naturais. O autor prossegue:

[...] o próprio desenvolvimento autocontraditório do capitalismo tende a produzir o estrangulamento cada vez mais incisivo das possibilidades de

financiamento das ações estatais destinadas ao provimento e gestão política das condições naturais, atividades imprescindíveis a continuidade da acumulação de riqueza abstrata. E a própria ação estatal de provimento das condições gerais de produção é condição *sine qua non* do desenvolvimento do processo da acumulação capitalista, processo que leva a crises de realização de valor, as quais, por sua vez, estiolam as possibilidades de financiamento daquela ação estatal. Assim o Estado entra necessariamente em contradição consigo mesmo (CARNEIRO, 2005, p. 30).

Não obstante, conforme os embates entre lógicas distintas de apropriação da natureza tornavam-se mais acirrados, o que se pode notar foi uma articulação de ideias em termos, na qual a crítica de indivíduos e movimentos ecológicos passou a ser adotada enquanto “variáveis ambientais” e “externalidades” (ZHOURI, LASCHEFSKI, PEREIRA, 2005). Esta tática é relevante pois opera diretamente no campo de atuação destes ecologistas enquanto uma nova expressão de ambientalismo: o “de resultados”¹¹. Assim, categorias como “*produtividade*”, “*tecnologia*” e “*sustentabilidade*” são abordadas de forma mercadológica, enquanto elementos que podem alcançar seu ápice com uma gestão adequada e observação atenta ao que é determinado dentro das normativas ambientais. Ou seja, aparentemente, decisões técnicas resolveriam “decisões políticas”. Entretanto, as decisões “técnicas”, ao fim e ao cabo, só se operacionalizam no campo da disputa política. Logo, silenciam-se as partes mais vulneráveis nesse processo, como as comunidades tradicionais, atingidos por grandes empreendimentos, ambientalistas radicalizados, entre outros.

Shiva (2000), já advertia que esta atitude, esta visão, restringe de forma expressiva a capacidade de regeneração da natureza, e subordina o

¹¹ O Ambientalismo de Resultados é descrito com riqueza de detalhes por Zhouri, Laschefski e Pereira (2005), e envolve não apenas uma maneira de portar-se frente aos problemas ambientais de nossa época, mas como um mecanismo de legitimação das políticas ambientais em voga. Para os mesmos, como o Desenvolvimento Sustentável apresenta-se enquanto campo para reconhecimento da “crise ambiental” em escala planetária, o caminho a ser tomado dentro do atual sistema econômico passa necessariamente pela conciliação e consenso entre a crítica ambiental e a sociedade industrial. Essa abstração manifesta-se na realidade através da atuação dos ditos “peritos técnicos” – ecólogos, engenheiros ambientais, biólogos, geógrafos – principalmente enquanto representantes de secretarias e departamentos de meio ambiente e administradores privados, mas não se limitando a tais. Os profissionais destas áreas foram assim denominados devido às suas atuações dentro dos limites das normativas e legislações ambientais para satisfazer à pressão por qualificações e argumentações técnicas, que, por sua vez, respaldam os posicionamentos advogados pela Ideologia do Desenvolvimento Sustentável.

desenvolvimento desta ao desenvolvimento dos seres humanos. Refletindo sobre a trajetória da ciência moderna e sua ligação com a natureza, a autora acrescenta que

as imagens de supremacia e de dominação criadas pelo projeto baconiano e pela revolução científica que veio a seguir, removeram todas essas restrições e funcionaram, na verdade, como um conjunto de sanções culturais para o desnudamento da natureza e sua transformação em um tipo de “recurso” (SHIVA, 2000, p. 305).

Ainda, adiciona que

a sustentabilidade é associada com o próprio desenvolvimento, e não com a natureza. Ao contrário, simplesmente significa assegurar o abastecimento contínuo de matérias-primas para a produção industrial, o fluxo constante de um número cada vez maior de mercadorias, uma acumulação de capital infinita – e tudo isso através da imposição de limites arbitrários que regulem a natureza. Assim, aquela perigosa mudança no significado de “recursos” está agora sendo reproduzida nessa mudança igualmente desastrosa do significado de “sustentabilidade” [...] a crise da sustentabilidade é uma crise cujas raízes são a negligência das necessidades e processos da natureza e o dano causado à sua capacidade de ressurgir (SHIVA, 2000, p. 314).

Portanto, conclui-se que, apesar de sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável serem conceitos e categorias aparentemente distintas, ambas estão irremediavelmente conectadas. A crise¹², que parece afetar a ambos, refere-se, porém não se restringe, à incongruência entre o que cada categoria evoca. Se a sustentabilidade é disputada enquanto o equilíbrio entre as reais necessidades da humanidade e de toda a vida do planeta, observando-se as variáveis físicas, políticas, culturais e históricas de determinada localidade, precisando ser alcançada através da implementação do Desenvolvimento Sustentável em escala global, é evidente que essa disputa não renderá frutos, será em vão.

¹² Para Oliveira (2011), a sustentabilidade é compreendida como interpelação ideológica desenvolvimentista, estruturada pelos países ditos desenvolvidos para dominar os recursos naturais e os povos dos países subdesenvolvidos; é uma amarra que mantém a natureza enquanto mero estoque de recursos, e é conveniente que se mantenha “sustentabilidade” enquanto um conceito aberto, “em construção”. Por outro lado, Shiva (2000), apesar de reconhecer essa “associação perigosa” entre sustentabilidade e desenvolvimento, reafirma que “o conceito original refere-se à capacidade que a natureza tem de dar sustento à vida. A sustentabilidade implica manter a integridade dos processos, ciclos e ritmos naturais” (SHIVA, 2000, p. 314). Dessa forma, dialogar sobre uma crise neste campo é complexo, porém, mesmo que à princípio seja vantajoso ao capital manter este conceito “aberto”, evidenciar as disputas que ocorrem pelo domínio do mesmo é necessário, para, talvez, evitar esta associação.

Enquanto o Desenvolvimento Sustentável persistir como a solução viável para os problemas ambientais contemporâneos, as nações classificadas arbitrariamente enquanto subdesenvolvidas farão nada mais que um mero ajuste da ordem vigente, permanecendo sobre o jugo de nações mais poderosas; colocarão uma grande máscara no que tange à dominação do ser humano sobre a natureza, bem como silenciarão as vozes contrárias a este modelo predatório, tecnicista e ideologizado (OLIVEIRA, 2005). Assim, a partir da alegoria de Sachs (2000), entendemos que continuaremos a viajar pelo violento oceano do progresso, apegando-nos ao facho de luz do desenvolvimento, emitido na distância que não se encurta independente do quanto se navegue. Não dando atenção ao fato de que estas contradições são como rochedos, danificando cada mais vez mais o revestimento da embarcação, seremos levados enfim ao naufrágio, e percebendo apenas no último momento que o farol que servia de guia, estava de pé; porém completamente arruinado (SACHS, 2000).

Todavia, fugimos dos cenários desastrosos e apocalípticos aos quais os ideólogos do desenvolvimento insistem em aludir, pois ao denunciar que este farol arruinado, fez e faz a humanidade trilhar caminhos turbulentos, deve ser proposto um trajeto; não necessariamente novo, porém apenas palpável se nos desvencilharmos da bula do Desenvolvimento Sustentável. Para que tal ação seja de fato concreta, faz-se mister compreender os campos nos quais natureza e seus elementos são submetidos a esta transformação radical para meio ambiente e recursos naturais (SACHS, 2000; SHIVA, 2000).

CAPÍTULO 2

PELA HUMANIDADE: O PAPEL DAS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

A água não escapou dessa transformação. Em concordância com os apontamentos de Bordalo (2012), ela é desvelada como recurso natural, *commodity*, ao passo que sua qualidade enquanto substância dotada de potencialidades sociais, culturais, científicas, sanitárias, entre outras, é ocultada. Na lógica do Desenvolvimento Sustentável, a abordagem existente pauta, principalmente, a disponibilidade de água doce, superficialmente e no subterrâneo, bem como a qualidade relativa aos parâmetros físicos, químicos e bacteriológicos. Para a ONU, ao satisfazer ambos parâmetros, assegura-se o atendimento das demandas atuais e futuras, sejam elas domésticas ou industriais.

De modo compatível com a retórica dominante, Santos (2017), ao analisar a água (nascentes, córregos e rios) enquanto elemento urbanístico, indica que o tratamento dado a ela é estruturado em torno de uma visão higienista, sanitaria e tecnicista, limitando o espaço que deve ser reservado à água através da sua retificação, canalização e ocultamento, com vistas a atender as demandas humanas. A autora complementa:

No panorama histórico no trato com as águas urbanas, imperam as relações de domínio e valoração econômica, de modo que os projetos de/para as cidades não priorizam a justiça social quanto o acesso à água com condições seguras para o consumo de toda a população. Essa prática econômica incongruente e perversa pode ser observada tanto nos projetos integradores e harmônicos quanto na rigidez dos projetos cartesianos (SANTOS, 2017, p. 104).

Assim, aproxima-se da construção de uma realidade em que a tônica de uma presumida crise hídrica é a norma, sem, contudo, eliminar as indagações e disparidades que colocam frontalmente “escassez” com “gestão”, bem como os interesses de atores sociais distintos. Estes podem ser tanto companhias privadas, com vistas aos lucros que a privatização da água pode render, bem como Estados e nações que desejam dominá-la estrategicamente, num contexto de geopolítica acirrada. Nesse sentido Bordalo (2012) aponta:

esse discurso apocalíptico de uma “crise” mundial no abastecimento de uma água potável no século XXI, decorrente de uma próxima “escassez hídrica”, defendido pelos neoclássicos, esconde o real interesse na apropriação

privada da natureza, como capital natural, permitindo sua mercantilização (BORDALO, 2012, p. 68)

Apesar da Conferência de Estocolmo (1972) ser considerada como um marco no debate ambiental internacional, a primeira conferência internacional envolvendo grande parte dos países para a discussão da temática hídrica foi a Conferência de Mar Del Plata (1977) (RIBEIRO, 2008). Resgatando as ponderações de Ribeiro (2008), Freitas (2013) e Freitas e Del Gaudio (2015b), afirmam que foi a partir deste encontro que a ONU iniciou um movimento que objetivava a estruturação de ações e recomendações para o combate à escassez e uma possível crise hídrica global. Alexandre (2014) detalha que “no Plano de Ação resultante dessa conferência, temos o reconhecimento da relação entre desenvolvimento econômico e sua repercussão sobre o meio ambiente e, em especial, na qualidade física, química e biológica dos recursos hídricos” (p.6-7). De fato, mais especificamente e em concordância com Ribeiro (2008), as recomendações levantadas dentro deste plano incluíram a busca da eficiência no uso da água; controle da poluição dos recursos hídricos e seus danos para a saúde; educação e pesquisa sobre o emprego dos recursos hídricos; e o estímulo à cooperação regional e internacional. Ainda, foi neste encontro que se estabeleceu “A Década Internacional da Água”, efetivada entre 1981 e 1990. Ribeiro (2008) no tocante aos efeitos da Conferência, afirma que

Mar Del Plata inaugurou um subsistema da ordem ambiental internacional específico aos recursos hídricos. [...] A institucionalização demora, do mesmo modo que o reconhecimento da função social da água. Apesar de lento, o pior acordo internacional construído envolvendo diversos países do mundo é melhor que a imposição da distribuição de recursos hídricos de modo autoritário, empregando força para coagir detentores de água a distribuírem-na para outros pontos do mundo (RIBEIRO, 2008, p. 79)

Tal uso de força não chegou a ocorrer, porém, o que de fato se consolidou, foi o fenômeno de reorientação econômico-política da água. Este começa a ter respaldo no final da década de 1980 e ao longo dos anos 1990, quando o neoliberalismo se estabeleceu como política econômica e social dominante nos países capitalistas. A Conferência de Dublin (1992) teve um papel de extrema importância, pois foi nela que ocorreu um deslocamento discursivo significativo, enfatizando o caráter econômico da água. De acordo com Freitas (2013), parte das medidas do plano de ação desta conferência refletem claramente tal abordagem. Ribeiro (2008) destaca a

tarifação da água nas cidades visando sua racionalização; o incentivo à reciclagem da água para diminuição do consumo industrial; aumento na eficiência da gestão de resíduos sólidos urbanos e industriais para a prevenção da contaminação de aquíferos; mudanças nos sistemas de irrigação para redução do uso da água, mantendo o patamar de produção alimentar¹³; e o primeiro movimento em torno da criação de um Conselho Mundial da Água. Dentre as resoluções deliberadas para o encontro, a nº4 dispõe: “é vital reconhecer primeiro o direito básico de todos os seres humanos a terem acesso a água limpa e saneamento *a um preço acessível*”¹⁴ (grifo meu) Freitas (2013) afirma:

Desta forma, a conferência reforçou a necessidade de realização de estudos sobre a água e indicou sua gestão internacional numa perspectiva que se revelou bastante ambígua, pois, de um lado, a racionalidade econômica aplicada à temática revelava uma condição importante para a resolução dos problemas ligados ao tratamento e distribuição de água e a gestão de todo o setor. De outro, esta mesma perspectiva revelava que a água, ao ser encarada como um bem econômico, deveria seguir os mecanismos de mercado, ou seja, quem pudesse pagar pela água teria o acesso assegurado, e aqueles que não tivessem condições seriam excluídos do seu consumo. (FREITAS, 2013, p. 109)

Na mesma linha de pensamento, Ribeiro (2008) critica:

Reconhecer o valor econômico da água é dotar uma substância vital à existência humana de uma característica excludente. Se a água tem valor econômico e pode ser considerada um bem econômico, como define claramente o princípio 4, apenas quem possui recursos financeiros para pagar por ele terá acesso a esse “bem”. De maneira cínica, o texto afirma que deve ser assegurado um preço acessível à água. Isso é justo? É correto? É ético? Qual seria o preço acessível? Ele seria o mesmo em todos os países do mundo, apesar das disparidades de renda? (RIBEIRO, 2008, p. 81).

Para além de um deslocamento discursivo, o conteúdo do princípio nº 4 também indica uma tendência histórica, que não foi restrita à água, de

¹³ É interessante notar que, com a exposição das medidas e a consideração do contexto histórico em que elas surgem (com crescimento do neoliberalismo e tônica acerca dos problemas ambientais sendo elevada a nível global), torna-se evidente a implementação da Ideologia do Desenvolvimento Sustentável, discutida no capítulo anterior, em outras esferas de debate.

¹⁴ Disponível em:

<https://www.un.org/waterforlifedecade/pdf/human_right_to_water_and_sanitation_milestones_por.pdf> Acesso em 04 de novembro de 2019.

“subordinação das questões ecológicas aos interesses da (re)produção do mundo das mercadorias. Processo que foi estendido a diversos lugares a partir da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento” (FREITAS E DEL GAUDIO, 2015b, p. 443). É importante mencionar esta tendência pois a Conferência de Dublin, focada na discussão das águas, serviu como espaço de preparo para CNUMAD, ou Rio-92. Enquanto a primeira conferência pontou aspectos como o “princípio da gestão integrada dos recursos hídricos; [...] a valoração econômica e os múltiplos usos da água” e teve um caráter preparatório (ALEXANDRE, 2014, p. 7), a segunda trouxe o “consenso em torno da concepção de Desenvolvimento Sustentável, transformado em ideologia” (OLIVEIRA, 2011, p. 140) a partir da consolidação da Agenda 21, propondo uma visão ampla e integral sobre diversas variáveis ambientais.

Retomando Ribeiro (2008), os principais objetivos da Rio-92 foram o estabelecimento de convenções internacionais que versassem sobre mudanças climáticas e biodiversidade; declarações que atestassem o comprometimento dos representantes de Estado presentes com “o desenvolvimento sustentável e a conservação do ambiente (RIBEIRO, 2008, p. 84); e a criação da Agenda 21. Neste sentido, Oliveira (2011) descreve a Agenda 21 como

[...] o documento mais importante assinado na Rio-92, inicialmente por ser a obra primaz para a construção do desenvolvimento sustentável em escala global, mas também pelo grande lastro alcançado pelas suas indicações. [...] A Agenda 21 busca refletir uma espécie de consenso global [...]. Trata-se do catálogo de ações proposto na conferência, onde se consolidou como o documento que obteve maior unanimidade, devido à liberdade proporcionada a cada Estado de indicar, em seu território, as prioridades do programa e também os valores a serem investidos. [...] A Agenda 21 se configura a partir de então o maior instrumento para operacionalizar o paradigma planetário denominado desenvolvimento sustentável. (OLIVERA, 2011, p. 154-155)

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, a Agenda 21 “pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça

social e eficiência econômica”¹⁵. De fato, é um documento extremamente amplo, em que são discutidos temas ambientais e sociais diversificados, ao longo de 40 capítulos, tais como o combate à pobreza; consumo e combate ao desperdício; incentivo ao desenvolvimento sustentável; proteção da biodiversidade e combate ao desmatamento, entre outros. A proteção da água doce, bem como a melhoria de sua qualidade e estratégias para ampliar o acesso ganharam seu próprio capítulo, de número 18. Entretanto, apesar deste capítulo prever a organização de um plano de ação para consolidar um novo trato para com os recursos hídricos, suas medidas e programas foram bastante abrangentes e pouco dos recursos previstos para colocar este plano em prática foram efetivamente direcionados, criando um clima de desconfiança (RIBEIRO, 2008, p. 87).

Paralelamente à CNUMAD-92, ocorria o Fórum Global, que deu origem ao Fórum Internacional de Organizações Não-Governamentais e Movimentos Sociais. Este “obteve destaque, associando questões ambientais e segmentos sociais. Mais de 30 mil tratados foram produzidos, entre estes o da água doce que definiu a água como um bem público e de acesso a todos” (CUNHA *et al*, 2010, p. 6), além de demonstrar com eficácia como a mobilização da sociedade civil pode ser mais ágil que articulações institucionais. Contextualizando a atuação deste Fórum e das ONGs participantes no tocante à água, Ribeiro (2008) diz que

Para as ONGs, a falta de água exige um outro modelo de sociedade, cujo processo de desenvolvimento deve envolver a participação popular nos diversos níveis de gestão. Além disso, alertaram para as ameaças aos ecossistemas aquáticos e às perdas de diversidade biológica que o uso indiscriminado de água pode gerar. Identificaram a água como um recurso em crescente escassez e reivindicaram seu acesso à totalidade dos seres vivos da Terra. As ONGs foram mais longe que os que defendem o direito à água aos seres humanos, incorporando todas as manifestações da vida na luta pelo acesso ao precioso líquido (RIBEIRO, 2008, p. 85).

Oliveira (2011) ainda destaca que o Fórum Global, em contraposição ao fórum paralelo que ocorreu em Estocolmo “tornou-se um espaço de construção de utopias, onde ONGs e movimentos sociais puderam discutir alternativas para a constituição

¹⁵ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2019. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>> Acesso em: 20 de novembro de 2019.

de uma sociedade melhor” (OLIVEIRA, 2011, p. 140). Todavia, no que diz respeito aos documentos elaborados pelas conferências, o autor afirma que

De fato, tanto os documentos da Cúpula da Terra quanto os do Fórum Global foram resultados de grandes embates, que por vezes desfiguravam o resultado final. Nesta senda, no lugar da Carta da Terra [...] foi assinada a **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**, com 27 princípios que revelam uma profunda fragilidade, em grande parte pelas batalhas diplomáticas geradoras de precários consensos (OLIVEIRA, 2011, p. 143.).

Portanto, de acordo com Oliveira (2011), apesar de a CNUMAD ter se consagrado como um marco para o debate ambiental internacional, seu documento principal convencionou as questões e problemas ambientais de forma abrangente, talvez chegando ao ponto de serem muito genéricas; os conteúdos dos outros documentos oficiais que lhe acompanharam, geraram conflitos marcantes entre as nações participantes. Todavia, sob a égide do Desenvolvimento Sustentável, trabalhado minuciosamente ao longo dos 40 capítulos da Agenda 21, o que se efetivamente concretizou foi, de acordo com Oliveira (2011)

[...] a transformação da Rio-92 em um ponto de inflexão na construção de um futuro melhor, onde, por meio de um consenso internacional ocorreu a celebração do desenvolvimento sustentável. Assim, o desenvolvimento sustentável se tornou, além de uma estratégia geopolítica de controle de territórios e de **um modelo que mantém a exploração da natureza através de um uso supostamente racional das riquezas naturais, uma potente ideologia** (OLIVEIRA, 2011, p. 158, grifo meu.).

Outro aspecto de peso da CNUMAD é que esta deu fôlego para a ideia da criação de um órgão internacional que versasse sobre as questões hídricas e a gestão do recurso em si. De acordo com Ribeiro (2008), durante a Conferência de Mar Del Plata, sugeriu-se criar um organismo de tal natureza, porém a ideia surgiu efetivamente durante a Conferência de Dublin, foi retomada durante a CNUMAD e na Conferência de Noordwijk (1994). Após uma sequência de encontros em diversos países – Egito, Canadá, Itália –, fundou-se o Conselho Mundial da Água (*World Water Council – WWC*), “que atua como um formador de opinião e defende abertamente a comercialização dos recursos hídricos no mundo” (RIBEIRO, 2008, p. 89). De maneira aprofundada, o Conselho Mundial da Água é

[...] uma entidade criada em 1996 por países como França, Holanda e Canadá e pelo Banco Mundial com o objetivo de desenvolver uma visão e uma política global sobre a temática da água, promovendo debates com todos os interessados em fóruns mundiais e, assim, poder superar a desigualdade de acesso ao saneamento e também a crise hídrica. As questões que preocupam o Conselho referem-se à racionalização do uso da água e à capacitação técnica e científica dos países para o desenvolvimento de formas de gestão mais adequadas dos recursos hídricos (ESPINOZA, 2016 *apud* FURIGO E SAMORA, 2019, p. 35).

O Conselho reúne atualmente

mais de 300 organizações-membro de mais de 50 países de todo o mundo, de acordo com cinco colégios (Instituições intergovernamentais; Governos e autoridades governamentais; Empresas e estabelecimentos; Sociedade civil organizada e associações de recursos hídricos; Associações profissionais e instituições acadêmicas (FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA, 2018. Disponível em: <<https://8.worldwaterforum.org/pt-br/perguntas-frequentes>> Acesso em 09 de novembro de 2019.).

É graças a estrutura proporcionada por essa robusta rede de atores sociais que as decisões tomadas no âmbito do CMA conseguem reverberar de forma intensa. A efetivação deste fenômeno advém do fato de que as medidas estruturadas no âmbito do Conselho possuem, de acordo com Furigo e Samora (2019), dialogando com Oliveira (2006) e Freitas e Del Gaudio (2015b), um caráter despolitizante, visto que o discurso construído pelo Conselho

suprime determinadas formas de saber e de se relacionar com a água. [...] Aquelas pessoas que não concordam com o tipo de solução universal proposta, ou que entendem que o problema da água tem diversas origens, são chamadas de “agentes políticos”, que não têm senso prático e não são capazes de formular soluções economicamente viáveis (FURIGO E SAMORA, 2019, p. 36).

Essa faceta despolitizante direcionada aos recursos hídricos, de acordo com as autoras, manifesta-se também no campo linguístico, pois ao suavizar, ou, transformar certos termos em eufemismos, o que prevalece é a abordagem do consenso. Loureiro e Layrargues (2013), em suas reflexões acerca do fenômeno da Modernização Ecológica, seguem um raciocínio semelhante, visto que dentro deste paradigma, a natureza e seus componentes socioculturais são transformados em “recursos naturais”; conflitos ambientais tornam-se “problemas ambientais”; acesso e

uso desigual dos recursos naturais passam por “medidas administrativas e tecnológicas”. Dessa maneira, para Furigo e Samora (2019) “comoditização” denomina-se como “valoração; ecosserviços”; a recusa da participação do setor privado pela falta de lucros, torna-se “problemas de financiamento”; conflitos sociais são lidos como “participação das partes interessadas”; falta de acesso igualitário aos elementos naturais são tratados como “problemas de governança”; tomada de decisões com resultados imprevisíveis é traduzida enquanto um conjunto de “riscos e incertezas”. Ainda, segundo Ribeiro (2008), o WWC possui “quatro linhas de ação [...] referentes aos recursos hídricos e ao saneamento básico: água, direitos humanos e política; água, instituições e capacidade financeira; água, serviços e infraestrutura; e água e meio ambiente” (RIBEIRO, 2008, p. 90) Tais linhas teriam como objetivo influenciar a opinião pública, visando, de acordo com Ribeiro (2008) e Freitas (2013) inserir a água nos circuitos de valoração do capital.

Portanto, no tocante ao Conselho, é de grande interesse assegurar que a participação da iniciativa privada seja cada vez maior, pois é através da atuação destes *stakeholders* que o discurso de privatização das águas pode se tornar uma realidade. Entretanto, isso não ocorre em um estalar de dedos; requer planejamento, reconhecimento e convencimento por parte de governos, sociedade civil e iniciativas privadas. Para isso, o WWC realiza a cada três anos, os Fóruns Mundiais da Água (*World Water Forums – WWF*). O Fórum Mundial da Água “é um evento internacional, organizado a cada três anos [...] em colaboração com autoridades do país e da cidade-sede [...]. Esse é o maior evento sobre água do mundo, destinado a consolidar a temática hídrica na agenda política internacional” (FMA, 2018).

Realizados desde 1997, os Fóruns Mundiais da Água buscam sistematizar as principais questões acerca dos recursos hídricos, trabalhando aspectos como infraestrutura, gestão compartilhada das águas, desenvolvimento sustentável e Objetivos do Milênio, financiamento do setor hídrico, entre outros. A partir dos apontamentos de Ribeiro (2008), Souza (2018) e Furigo e Samora (2019), os principais temas trabalhados desde a primeira edição do evento foram os seguintes:

- **Marraxe, Marrocos (1997)** – Desenvolvimento de um sistema de gestão internacional eficiente, integrando saneamento, produção energética e proteção ambiental, além de uma visão estratégia para os problemas do século XXI;

- **Haia, Países Baixos (2000)** – Definição das necessidades básicas para alcançar a segurança da água e reforço da valoração econômica da água através de debates acerca dos modelos de financiamento e participação do setor privado enquanto parte da solução dos problemas de ordem hídrica;
- **Quioto, Japão (2003)** – Retomada de compromissos assumidos internacionalmente e orientação da água como propriedade comum. Entretanto, os serviços a ela associados deveriam ser cobrados e gerenciados através de parcerias público-privadas;
- **Cidade do México, México (2006)** – Debate de temas como “Água para crescimento e desenvolvimento”, “Implementando a gestão integrada dos recursos hídricos”, “Gestão de riscos”, entre outros, além da instrumentalização econômica e recuperação de custos enquanto elementos-chave para garantir a sustentabilidade. Portanto, o acesso à água estaria determinado pela quantidade de investimentos feitos para assegurá-lo;
- **Istambul, Turquia (2009)** – Orientação da água como direito humano, porém, é vital que haja “ambientes propícios” para investimentos no setor;
- **Marselha, França (2012)**¹⁶ – Governança, financiamento, e novamente ambientes propícios para negociações e acordos econômicos. Como a cidade é a sede do CMA, o evento foi significativo, reunindo mais de 35.000 pessoas, entre delegações, ONGs, parlamentares, empresas e instituições financiadoras;
- **Daegu e Gyeongju, Coreia do Sul (2015)** – Incentivo à capacidade técnica privada em detrimento à pública, em conjunto com boas práticas de governança e gerenciamento;
- **Brasília, Brasil (2018)** – Mapeamento das oportunidades de financiamento dos sistemas de saneamento.

Através deste resumo, o que se nota é que as discussões ao longo dos anos se diversificaram e incorporaram muitas variáveis dentro do campo da água. Contudo, estas sempre retornam a um ponto específico, alinhado ao preceito que orienta as

¹⁶ “Como em 2010 a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou que a água e o saneamento eram direitos humanos, este tema constou no documento final do evento em Marselha, mas o Conselho Mundial se colocou como uma das organizações responsáveis por determinar como esse direito poderia ser implementado (FURIGO e SAMORA, 2019, p. 38). Este acontecimento é significativo pois, em conjunto com as temáticas e deliberações dos Fóruns passados, aponta o modo como a discussão é feita e quais são os objetivos que o Conselho, através da conferência em questão, almejam tornar realidade.

ações do CMA, que é a privatização dessa substância. De acordo com Barban (2009), que acompanhou o 5º FMA, realizado em Istambul:

Desde o 1º Fórum Mundial da Água, realizado em Marrakesh, Marrocos, em 1997, as principais controvérsias centraram-se entre a favor ou contra tratar a água como um bem comercializável. Este tem sido um dos pontos mais acalorados nesses fóruns [...]. Em vários lugares onde foi privatizada (por exemplo, no Chile, na Bolívia), ao menos na América Latina, acabou se revertendo para o controle público depois de muitos movimentos de contestação, e não parece ser a área mais rentável para as empresas. Mas a proposta permanece [...] (BARBAN, 2009, p. 3).

Sua compreensão enquanto direito não é efetivamente considerada, ainda que tenha sido tratada pelo próprio Conselho. Ribeiro (2008) aponta que no 4º FMA, foi escrito o documento “The Right To Water: from Concept to Implementation”¹⁷, no qual, tanto a água como o saneamento básico foram considerados direitos básicos da humanidade, e estabeleceu-se que estes deveriam ser responsabilidades dos governos nacionais. O autor aponta que, apesar de indicar o destino correto ao incluir estes fatores no rol de direitos, a trajetória não permite que a humanidade alcance este objetivo. Ribeiro (2008) reflete:

O Conselho Mundial da Água, coerente com sua posição pró-cobrança da água, afirma claramente que é um direito das autoridades estabelecer um preço e receber os valores sugeridos pela água. Para tal, deve criar um modelo de gestão para investimentos para as operações dos serviços de água e saneamento. [...] A intenção de manter o acesso à água como um negócio permanece no documento do Conselho Mundial da Água que a afirma como um direito humano. Nesta visão, a existência humana está vinculada à capacidade de pagamento pelo acesso a um recurso vital à reprodução e manutenção da vida. Cabe pensar se, ao manter essa perspectiva, em breve não teremos a cobrança pelo ar que respiramos... (RIBEIRO, 2008, p. 124)

Em contraposição ao FMA, há o Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA). Este encontro, segundo Furigo e Samora (2019)

[...] teve origem na união de diversos movimentos sociais que se formaram ao longo dos anos, em busca da construção de sistemas democráticos de gestão de recursos hídricos, e também com o intuito de formar plataformas

¹⁷ O Direito à Água: do Conceito à Implementação. Tradução livre.

e discursos majoritários em defesa do que chamam de “reapropriação da água como bem comum da humanidade (FURIGO E SAMORA, 2019, p. 39)

Ainda,

Desde 2006, as edições do FMA têm tido a companhia do FAMA, nas cidades sedes, durante as suas realizações. A oposição política que o FAMA faz ao FMA replica a mesma dinâmica de contraponto que o Fórum Social Sul (FSS) faz ao Fórum Econômico Mundial (FEM), realizado anualmente em Davos. Aliás, na primeira edição do FAMA, foi idealizada no III Fórum Social Sul, em Porto Alegre, em janeiro de 2003. A Coalizão Internacional pelas Águas Globais (IGWC) e o Movimento Grito das Águas foram os responsáveis pelo planejamento da edição brasileira, que ocorreria concomitantemente ao 3º FMA de Quioto, no Japão, em março desse mesmo ano (CARTA MAIOR, 2003 *apud* SANTOS, 2018, p. 45)

De acordo com Furigo e Samora (2019), o FAMA tem como conquistas a participação nos movimentos de reestatização de serviços de saneamento, bem como experiências de gestão comunitária de recursos hídricos na América Latina, e teve uma atuação relevante no reconhecimento da água como direito humano na Assembleia Geral da ONU em 2010.

Posto que o FAMA acompanha as edições do FMA concomitantemente, vale também ressaltar os principais temas abordados durante suas últimas edições. Segundo os resgates de Souza (2018) e Furigo e Samora (2019):

- **Cotia, Brasil; Florença, Itália; Nova Déli, Índia; Nova Iorque, E.U.A. (2003)** – Reconhecimento da água enquanto direito, bem público e de uso comum, promovendo ampla participação social, bem como assegurando o financiamento público do setor;
- **Genebra, Suíça (2005)** – Promover e desenvolver instituições públicas que possam prover o acesso à água potável, de forma democrática e sustentável;
- **Cidade do México, México (2006)** – Defesa contra a privatização e mercantilização da água, por meio da publicação do documento intitulado *Declaração da Cidade do México*;
- **Istambul, Turquia (2009)** – Reafirmação dos compromissos que constam no documento principal do FAMA anterior, bem como a reivindicação de organização do CMA pela ONU, e não por um conjunto de organizações distintas em natureza e interesses;

- **Marselha, França (2012)** – Reconhecimento de ativistas e organizações sociais como formuladores de soluções, fundamentadas em conhecimentos tradicionais, costumes e visões de mundo próprias, enquanto legítimas para resolver os problemas existentes no campo hídrico;
- **Daegu e Gyeongju, Coreia do Sul (2015)** – Reafirmação das pautas dos FAMAs anteriores, além da denúncia de instrumentalização do FMA por parte de empresas de saneamento para atender aos próprios interesses;
- **Brasília, Brasil (2018)** – Riscos da privatização das águas para comunidades vulneráveis, ampliação do controle social de forma a efetivar justiça ambiental, revisão do modelo tarifário e discussão de experiências de reestatização das águas na América Latina e Europa.

Percebe-se que, pelo teor das pautas encabeçadas, o FAMA age de forma diametralmente oposta ao FMA, exigindo, por exemplo, autonomia e reconhecimento das decisões que podem ser tomadas pela sociedade civil. Detalhadamente, em consonância com Furigo e Samora (2019),

As reivindicações, portanto, estão centradas no princípio de serviço público de saneamento, na cooperação público-pública e público-comunitária, na transmissão de saberes técnicos do setor público para os cidadãos e comunidades, na dignificação dos trabalhadores dos serviços públicos de saneamento, para que tenham condições financeiras e de infraestrutura para exercerem seus trabalhos, no direito dos povos tradicionais e na valorização de seus saberes e concepções próprias de mundo, de práticas e costumes (FURIGO E SAMORA, 2019, p. 40)

Assim, considerando o histórico apresentado, questionamos: a quais papéis as Conferências Internacionais, ao tratar da água, estão sujeitas? Estarão a favor da humanidade, em todas as suas manifestações ao redor do globo? Sem dúvidas, percebe-se que as deliberações são frutos de intensos conflitos e debates, pautados por organizações (não) governamentais, ativistas sociais, representantes da sociedade civil organizada, instituições independentes, representantes de governo e Estado, entre outros. Contudo, as particularidades e diferenças relativas a estes agentes são diluídas neste debate a partir do momento em que a lógica do consenso (OLIVEIRA, 2011; FURIGO E SAMORA, 2019) entra em cena. Soma-se isto ao desequilíbrio de poder entre estes agentes, e o que teremos é um horizonte cada vez mais desesperador; uma realidade na qual os anseios e demandas que poderão

assegurar a sobrevivência da humanidade ou são negligenciados ou distorcidos para atender os interesses de poucos.

Um passo importante para distanciar-se desse horizonte, é desvelar esse fenômeno. É a partir da análise criteriosa e crítica das deliberações dessas conferências que poderemos refletir, utopicamente, sobre as possibilidades de novos desfechos para esta história.

CAPÍTULO 3

ÁGUAS TURBULENTAS: O CONFLITO ENTRE NARRATIVAS DOS FÓRUNS MUNDIAIS DA ÁGUA DE 2018

No dia 26 de fevereiro de 2014, o CMA selecionou Brasília para sediar o 8º Fórum Mundial da Água. De acordo com o Itamaraty, a candidatura da capital “foi promovida pelos Governos Federal e do Distrito Federal” e “reflete o reconhecimento do importante papel que o país desempenha no tratamento do assunto na arena internacional” (ITAMARATY, 2014). Para os dias 18 a 23 de março de 2018, por parte dos organizadores e contribuintes do evento, fez-se um esforço de mobilização e estimou-se que 97.000 pessoas foram afetadas. Moll (2018), citada por Souza (2018) afirma que neste total, estavam “12 chefes de Estado, 134 parlamentares e 70 ministros de 56 países, com cobertura realizada por 1.968 profissionais de imprensa, sendo 150 estrangeiros.” (MOLL, 2018 *apud* SOUZA, 2018, p. 39) Já o Fórum Alternativo Mundial da Água contabilizou 7.000 pessoas. De acordo com sua declaração final,

Somos mais de 7 mil trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, das águas e das florestas, representantes de povos originários e comunidades tradicionais, articulados em 450 organizações nacionais e internacionais de todos os continentes. Somos movimentos populares, tradições religiosas e espiritualidades, organizações não governamentais, universidades, pesquisadores, ambientalistas, organizados em grupos, coletivos, redes, frentes, comitês, fóruns, institutos, articulações, sindicatos e conselhos (FAMA, 2018, p. 1)

É relevante ressaltar que no ano de 2016, sob o governo do então presidente em exercício, Michel Temer (MDB), foi aprovada a Proposta de Emenda à Constituição – PEC Nº 241 (Na Câmara dos Deputados) / 55 (No Senado Federal). Esta PEC instituiu o “Novo Regime Fiscal”, impondo um limite orçamentário para os gastos públicos por 20 anos, no qual o valor a ser gasto no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário na esfera Federal, seria equivalente ao valor do ano anterior, corrigido pela inflação (BRASIL, 2016) Assim, a cada ano que se passa, menor é o valor real gasto para a continuidade dos programas e medidas adotadas no país, e por isso, movimentos sociais brasileiros batizaram esta PEC como *PEC da Morte*, visto que com a diminuição deste valor, a população pobre ficaria cada vez mais vulnerável, com condições cada vez mais duras de vida.

O sentido na menção deste acontecimento se dá por conta de como o endurecimento da vida dessas pessoas ocorrerá. Ao impactar diretamente os recursos aplicados pelo Poder Executivo destinados à Saúde e ao Meio Ambiente, por exemplo, prejudicam-se simultaneamente as ações voltadas para o Saneamento Básico, que é indispensável para suprimir vetores de doenças, bem como manter corpos hídricos despoluídos e assegurar fontes seguras e limpas de água para consumo. Neste sentido, os participantes do FAMA afirmam:

A mais dura medida orçamentária do mundo foi implantada em nosso país, onde o orçamento público está congelado por 20 anos, garantindo a drenagem de recursos públicos para o sistema financeiro e criando as bases para uma onda privatizante, incluindo aí a infraestrutura de armazenamento, distribuição e saneamento da água (FAMA, 2018a).

Em contraste, o FMA, em seus documentos finais, não se pronunciou sobre essa medida e suas consequências. Através deste exemplo, apesar dos Fóruns da Água em questão possuírem um eixo comum, é possível perceber de antemão um evidente antagonismo em seu tratamento sobre esse elemento, e é neste contexto político e social que os mesmos foram realizados.

Para além dessa constatação inicial, procedermos a uma análise dos posicionamentos oficiais de ambas as conferências, de modo a conhecer mais profundamente suas narrativas e perspectivas políticas. Para isso, utilizaremos como procedimentos metodológicos de organização, sistematização e análise dos dados elementos da Análise de Conteúdo (AC), sistematizada por Bardin (2011). Nesta perspectiva, ao questionar quais as razões que levam a construção de determinado enunciado – causas e antecedentes de uma mensagem – e quais as consequências que determinado enunciado provavelmente causará – efeitos das mensagens. A autora raciocina:

Se a *descrição* (a enumeração das características do texto, resumida após o tratamento) é a primeira etapa necessária e se a *interpretação* (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermédio, que vem permitir a passagem explícita e controlada, de uma a outra (BARDIN, 2011, p. 41)

Porém, há de se tomar precaução. Apesar de ser uma alternativa interessante e profícua para a análise dos dados, a AC, de acordo com Rocha e Deusdará (2005) pode se constituir em um

[...] modelo duro, rígido, de corte positivista [...]. Centra-se, sobretudo, na certeza de que a “neutralidade” do método seria a garantia de obtenção de resultados mais precisos. Essa busca se caracteriza [...] pelo equívoco clássico de associar análise quantitativa e “objetividade”, algo que pode ser observado no grande número de estudos pautados por essa orientação (ROCHA E DEUSDARÁ, 2005, p. 309).

Esse cuidado é importante, uma vez que não nos interessa uma análise positivista de um processo que é social e sobretudo, político.

Posto isto, retomemos os Fóruns. Os documentos centrais produzidos pelo FMA foram:

- **Declaração Ministerial:** Um chamado urgente para uma ação decisiva sobre a água – Elaborado pelos Ministros e Chefes de Delegações, este documento ressalta os principais eventos e decisões à nível internacional, tomadas em Conferências que antecederam o 8º Fórum, como as CNUMAD-1992 e 2012 (Rio-92 e Rio+20). Reafirma o compromisso de cumprimento das metas estabelecidas por documentos específicos, como a “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” e a “Nova Agenda Urbana (Habitat III)” e conclama cooperação a nível internacional urgentemente, “para enfrentar os desafios relacionados à água e ao saneamento” (FMA, 2018b)
- **Chamado para Ação de Governos Locais e Regionais sobre Água e Saneamento de Brasília** – Este documento se apoia também em decisões e acordos definidos internacionalmente, porém, sua ações se voltam para governos regionais e locais, enumerando ações que possam “fortalecer as capacidades dos tomadores de decisões, líderes locais e profissionais para superar desafios locais de água e saneamento” (FMA, 2018c);
- **Declaração do Ministério Público sobre o Direito à Água** – De caráter jurídico, esta declaração possui 10 princípios de ação e considera diversos fatores sociais e políticos necessários para alcançar a efetivação da água enquanto Direito Humano. Caracterizam a escassez hídrica como um problema do presente, apontam as consequências do agravamento do Efeito Estufa, que investimentos, atualização das estruturas de governança, correções das *falhas de mercado* e a proteção ao meio ambiente em suas diversas manifestações (oceanos, ambientes costeiros, florestas, águas superficiais e subterrâneas, entre outros) são essenciais para concretizar o

[...] fornecimento e disponibilidade [do Direito à Água e ao Saneamento] de maneira contínua, suficiente, segura, com qualidade aceitável, utilização de instalações fisicamente acessíveis e **preços razoáveis para todos, com regras e mecanismos para a integral inclusão dos mais pobres** (FMA, 2018d, grifo meu.);

- **Manifesto dos Parlamentares** – Produzido pelos representantes políticos, o manifesto chama atenção para o crescimento populacional, e demanda esforços internacionais conjuntos para que os *países subdesenvolvidos* se atentem a essa questão, visto que “o acesso a fontes de água potável está cada vez mais oneroso e complexo. Todos os países devem reverter essa tendência negativa e tornar a visão dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) uma realidade para todos” (FMA, 2018e). Os países desenvolvidos por outro lado, possuem a capacidade de redução de sua pegada hídrica. O documento assegura efetivar espaços de debate amplos, com participação da sociedade civil e atores de importância, sempre na busca da implementação de políticas públicas que visem eficiência hídrica, por parte do quadro legislativo, inovações e soluções tecnológicas “sempre mais baratas” (FMA, 2018e) e do fortalecimento da segurança jurídica da água;
- **Declaração de Sustentabilidade** – Sob o mote da sustentabilidade global e apelando para a segurança do futuro da humanidade, este documento é o mais abrangente de todos, reunindo as contribuições mais significativas de todos os documentos produzidos até então. Fundamenta-se especialmente no atendimento aos ODS, especificamente o ODS 6, que versa sobre a água. Sua diretriz final é enfática:

Afirmamos que as Nações Unidas e os governos, assim como todas as sociedades, devem considerar a água como uma necessidade para alcançar a sustentabilidade. Nenhuma solução para questões hídricas pode ser encontrada sem progresso para a Sustentabilidade em muitos outros setores. Reconhecer o Direito Humano à Água e ao Saneamento em 2010 e dedicar um ODS específico à água e ao saneamento em 2015 têm sido passos importantes nesse sentido. No entanto, ainda há esforços a serem realizados além do setor de recursos hídricos para desenvolver políticas holísticas e evitar abordagens fragmentadas (FMA, 2018f).

Já o FAMA produziu os seguintes documentos:

- **Declaração Final do Fórum Alternativo Mundial da Água** – O documento de maior peso do FAMA, reúne uma breve análise de conjuntura do Brasil em 2018, um histórico com relação às violações perpetradas pelo modelo capitalista e neoliberal de sociedade contra os povos originários e tradicionais, mulheres e todos os povos latino-americanos, além de uma denúncia do FMA e as empresas e organizações que o estruturam e o financiam, em troca de benefícios e privatização de serviços públicos de água estratégicos. Há a defesa de propostas que passam desde o fortalecimento dos sistemas de gestão comunitários urbanos à superação da divisão sexual do trabalho, de forma a estimular processos de articulação e lutas em todos os níveis (FAMA, 2018a)
- **Manifesto da Suíça** – Carta direcionada à delegação Suíça. Os participantes do FAMA expressam preocupação com o posicionamento favorável às parcerias público-privadas, visto que o país possui um sistema público de fornecimento de água e saneamento.

“O apoio da Agência Suíça de Cooperação para o Desenvolvimento – SDC – às parcerias público-privadas e especialmente ao Water Resources Group não é coerente com o sistema vigente na própria Suíça [...] nós gostaríamos de solicitar que, ao invés de investir neste modelo já ultrapassado de parcerias público-privadas, a Suíça, através da SDC passe a apoiar as parcerias PÚBLICO-PÚBLICOS, contribuindo assim com o que este país tem de melhor a oferecer, a competência e conhecimento de suas empresas públicas de água. Deste modo, o SDC estará também se engajando junto com várias comunidades em todo mundo que lutam por manter suas águas como um bem comum sob controle democrático (FAMA, 2018b)
- **Carta Denúncia dos Povos FAMA, 17 a 22 de março de 2018** – Carta escrita pelos povos e comunidades originárias e tradicionais que compuseram o FAMA. Nela, são denunciadas as táticas e práticas exercidas por representantes do empresariado, agronegócio, do poder público e do Estado contra a natureza, que, para esses povos, é considerada sagrada. É exigido o respeito às cláusulas da Constituição Federal de 1988 e outros dispositivos legais, nacionais e internacionais, que asseguram a proteção desses povos (FAMA, 2018c);

- **Carta de Brasília dos Povos Indígenas, Comunidades Quilombolas e Populações Tradicionais do Campo, da Floresta e das Águas** – Na mesma veia da Carta Denúncia dos Povos, este documento ressalta especialmente as violações de direitos aos povos originários do Brasil, bem como as atitudes que o governo vêm (ou não) tomando para garantir sua proteção e seu direito de existência.

Observando superficialmente, já é possível notar uma diferença marcante entre os dois fóruns. Enquanto os documentos do FMA possuem uma linguagem mais comedida, que propõe estabelecer meios para o diálogo de todas as partes, de “iguais para iguais”, os documentos do FAMA já apontam para uma direção onde apenas a resistência, a união das pessoas, em sua diversidade de classe, etnia e conhecimentos compartilhados, sejam eles técnicos ou tradicionais, podem permitir o florescimento de um sistema de fato justo e democrático. Seguindo as regras delineadas por Bardin (2011) (“exaustividade”; “representatividade”; “homogeneidade”; “pertinência”), compararemos a Declaração de Sustentabilidade do FMA e a Declaração Final do Fórum Alternativo Mundial da Água, descritos nos Quadro 1, Quadro 2, Quadro 3, Quadro 4 e Quadro 5.

Quadro 1 – Apresentação de quem é representado em cada Fórum

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE	DECLARAÇÃO FINAL DO FÓRUM ALTERNATIVO MUNDIAL DA ÁGUA
<p>Nós, representantes de múltiplas partes interessadas presentes no 8º Fórum Mundial da Água “Compartilhando Água”, considerando a convergência de todas as declarações produzidas durante o Fórum, pedimos uma mobilização urgente de todos os setores para garantir um futuro sustentável para o nosso mundo e nos comprometemos a enfrentar os crescentes desafios da água. (Grifos meus)</p>	<p>Somos mais de 7 mil trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, das águas e das florestas, representantes de povos originários e comunidades tradicionais, articulados em 450 organizações nacionais e internacionais de todos os continentes. Somos movimentos populares, tradições religiosas e espiritualidades, organizações não governamentais, universidades, pesquisadores, ambientalistas, organizados em grupos, coletivos, redes, frentes, comitês, fóruns, institutos, articulações, sindicatos e conselhos. (Grifos meus)</p>
COMPARATIVO	
<p>QUEM É REPRESENTADO?</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ O FMA não dá nome às ditas partes interessadas, implicando em uma homogeneização dos indivíduos e grupos participantes. Dessa forma, ao apontar a urgência do problema, que afeta drasticamente o futuro, o que se propõe é que o conflito e a discussão sejam deixados em segundo plano; o que interessa e que resolveria o problema é a união de todos; ▪ O FAMA, ao contrário, preocupa-se em caracterizar todas as pessoas e grupos envolvidos na elaboração do documento e na construção do evento. A diversidade de grupos e indivíduos envolvidos pressupõe uma variedade expressiva de posicionamentos que foram trabalhados até chegar a atual forma. 	

Fonte: FMA, 2018f; FAMA, 2018a, elaboração própria.

Quadro 2 – Percepções acerca de sustentabilidade

PERCEPÇÕES ACERCA DE SUSTENTABILIDADE	DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE	DECLARAÇÃO FINAL DO FÓRUM ALTERNATIVO MUNDIAL DA ÁGUA
	<p>Sustentabilidade significa que o desenvolvimento humano é construído em harmonia com o meio ambiente. [...] Refere-se a medidas de crescimento econômico, resiliência, mitigação e adaptação para enfrentar desastres naturais e os causados pelo homem, incluindo mudanças climáticas, respostas a emergências e a provisão de um ambiente cooperativo para a prevenção e solução pacífica de conflitos.</p> <p>(Grifos meus)</p>	<p>Na grandeza dos povos, trocamos experiências de conhecimento, resistência e de luta. E estamos conscientes que a nossa produção é para garantir a vida e sua diversidade. Estamos aqui criando unidade e força popular para refletir e lutar juntos e juntas pela água e pela vida nas suas variadas dimensões. O que nos faz comum na relação com a natureza é garantir a vida. A nossa luta é a garantia da vida.</p> <p>(Grifos meus)</p>
COMPARATIVO		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Para o FMA, a sustentabilidade necessariamente passa pelo sucesso do Desenvolvimento Sustentável, e antes de qualquer outro fator, é indispensável que o crescimento econômico esteja em pauta, pois sem investimento, como se alcançarão quaisquer medidas? Isso respalda as reflexões feitas acerca da Ideologia do Desenvolvimento Sustentável (OLIVEIRA, 2006; FREITAS E DEL GAUDIO, 2015b) e como ela guia as decisões tomadas nessas conferências. Novamente, propõe-se um ambiente livre de conflitos ou discussões que possam de alguma forma prejudicar ou prolongar os planos já esquematizados; ▪ O FAMA expressa que é na construção e compartilhamento da prática, em contato direto com a natureza, que permitirá a perpetuação da vida no planeta. Ao afirmar que a produção é que permite a garantia da vida, de forma sutil indica-se que o atual modo de produção legitima a destruição da natureza; ou seja, existem alternativas que podem ser colocadas em prática imediatamente. 		

Fonte: FMA, 2018f; FAMA, 2018a, elaboração própria.

Quadro 3 – Noções de Governança e Participação

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE	DECLARAÇÃO FINAL DO FÓRUM ALTERNATIVO MUNDIAL DA ÁGUA
<p>Sua governança e gestão adequadas são essenciais, integrando áreas urbanas e rurais para alcançar o desenvolvimento sustentável (alimentos, energia, saúde, atividades econômicas, desenvolvimento de cidades, educação, gênero), bem-estar e direitos humanos. [...] Espera-se uma colaboração e cooperação forte, democrática e inclusiva envolvendo a sociedade em geral. Deve reunir as comunidades de povos indígenas e grupos minoritários, setor privado e financeiro, acadêmicos e formuladores de políticas, parlamentos e autoridades locais e associações nacionais de recursos hídricos. Um reconhecimento específico da contribuição de mulheres e jovens para o setor é obrigatório. (Grifos meus)</p>	<p>Água é um bem comum e deve ser preservada e gerida pelos povos para as necessidades da vida, garantindo sua reprodução e perpetuação. Por isso, nosso projeto para as águas tem na democracia um pilar fundamental. É só por meio de processos verdadeiramente democráticos, que superem a manipulação da mídia e do dinheiro, que os povos podem construir o poder popular, o controle social e o cuidado sobre as águas, afirmando seus saberes, tradições e culturas em oposição ao projeto autoritário, egoísta e destrutivo do capital. (Grifos meus)</p>
COMPARATIVO	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Para o FMA, governança e gestão são eficazes se o objetivo <i>em primeiro lugar</i> for alcançar o Desenvolvimento Sustentável, para então assegurar o bem-estar e direito humanos. Todavia, não se menciona quem desfrutaria desse bem-estar e quem seria resguardado pelos direitos humanos. Mais uma vez, a diversidade de situações pelas quais diferentes indivíduos estão inseridos é diluída, pois a governança e gestão falhas, na visão do FMA, afetam a todos indiscriminadamente. É curioso notar que se mencionam povos indígenas e grupos minoritários, tornando o reconhecimento dos povos originários ambíguo; é necessário apenas que estejam reunidos, como forma de respaldar as decisões tomadas por outros atores. A mesma lógica aplica-se às mulheres e jovens, que terão suas contribuições obrigatoriamente “reconhecidas”, mas não se indica se serão implementadas ou debatidas. ▪ O FAMA afirma que a gestão deve ser plural e ter um forte controle social, estruturado em um modelo democrático de gestão; caso contrário, a consequência direta de não seguir tal modelo, é o prejuízo da reprodução das águas em suas diversas formas. São consideradas todas as práticas sociais e culturais dos povos originários, porém sem necessariamente excluir as técnicas que já existem. Dessa forma, promove-se uma integração de conhecimentos que são vistos positivamente, desde que fora da lógica capitalista. 	

Fonte: FMA, 2018f; FAMA, 2018a, elaboração própria.

Quadro 4 – Visões sobre a água enquanto bem econômico

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE	DECLARAÇÃO FINAL DO FÓRUM ALTERNATIVO MUNDIAL DA ÁGUA
<p>As empresas precisam valorizar e integrar a água em suas estratégias, materialidade e processo de tomada de decisões e compartilhar boas práticas em gestão de recursos hídricos;</p> <p>O valor da água deve ser entendido além do seu sentido econômico reconhecendo-a como patrimônio cultural, medicinal, tradicional e social. O sistema de ensino deve transmitir isto aos mais jovens, começando pelos mais vulneráveis. (Grifos meus)</p>	<p>Somos radicalmente contrários às diversas estratégias presentes e futuras de apropriação privada sobre a água, e defendemos o caráter público, comunitário e popular dos sistemas urbanos de gestão e cuidado da água e do saneamento. Por isso saudamos e estimulamos os processos de reestatização de companhias de água e esgoto e outras formas de gestão. Seguiremos denunciando as tentativas de privatização e abertura de Capital, a exemplo do que ocorre no Brasil, onde 18 estados manifestaram interesse na privatização de suas companhias. (Grifos meus)</p>
COMPARATIVO	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Como descrito por Furigo e Samora (2019), o FMA promove, antes de qualquer outra visão, a econômica como primordial, possibilitando a despolitização do campo hídrico e a privatização da água. Com fundamentação de Loureiro e Layrargues (2013) e Zhouri, Laschefski e Pereira (2005), é possível constatar que o FMA também perpetua os paradigmas da Modernização Ecológica e Adequação Ambiental, nos quais a atuação conjunta entre mercado, técnica e governo – aqui representados pelas “empresas”, “boas práticas” e “sistema de ensino” – “é” o caminho para tornar concretas as soluções dos problemas ambientais enfrentados atualmente. Ao “transmitir isto aos mais jovens”, mantém-se uma tendência conservadora, pragmática (LOUREIRO E LAYRARGUES, 2013) e adestradora (BRÜGGER, 2004) de Educação Ambiental, na qual apenas assimila-se o que é decidido, e proposições tão polêmicas como a privatização dos serviços da água não são discutidas criticamente; ▪ O FAMA estabelece um antagonismo radical, no qual não basta apenas não privatizar: é imprescindível que o controle esteja sob a tutela da sociedade em suas várias manifestações, em nível local (“comunitário”) ou total (“popular”). Central na proposição do FAMA é a <i>reestatização</i> das companhias, pois é na “parceria público-pública” (FAMA, 2018a) que é possível exercer tal controle. 	

Fonte: FMA, 2018f; FAMA, 2018a, elaboração própria.

Quadro 5 – Visões e medidas sobre a crise ambiental

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE	DECLARAÇÃO FINAL DO FÓRUM ALTERNATIVO MUNDIAL DA ÁGUA
<p>A água está entre os recursos mais ameaçados e mais necessários para a humanidade e para os ecossistemas do planeta (especialmente as águas subterrâneas e as grandes bacias, como a Amazônica), a biodiversidade e o clima. [...] A assistência humanitária não é uma escolha. Deve ser um compromisso para todas as nações do mundo. Requer financiamento global e governamental suficiente e apoio aos mecanismos de coordenação existentes (grupos e plataformas de coordenação nacional), de resposta a crises (conflitos, grandes desastres naturais), medidas de preparação e estratégias transicionais de reabilitação. (Grifos meus)</p>	<p>O modo de produção capitalista, historicamente, concentra e centraliza riqueza e poder, a partir da ampliação de suas formas de acumulação, intensificação de seus mecanismos de exploração do trabalho e aprofundamento de seu domínio sobre a natureza, gerando a destruição dos modos de vida. Vivemos em um período de crise do capitalismo e de seu modelo político representado pela ideologia neoliberal, na qual se busca intensificar a transformação dos bens comuns em mercadoria, através de processos de privatização, precificação e financeirização. [...] Trabalharemos, através de nossas formas de luta e organização para ampliar a força dos povos no combate à apropriação e destruição das águas. A intensificação e qualificação do trabalho de base junto ao povo, a ação e a formação política para construir uma concepção crítica da realidade serão nossos instrumentos. (Grifos meus)</p>
COMPARATIVO	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ O FMA reconhece que a água exerce uma influência transversal no ambiente, e que sua disponibilidade afetará muito além da humanidade. Contudo, a humanidade é colocada enquanto prioridade sobre a natureza, representada apenas pelos “ecossistemas”, novamente sob uma ótica uniformizadora. As medidas frente os problemas mais graves e crises circunscrevem-se no terreno da “assistência humanitária” e não como uma obrigação, mas como “compromisso”. Não se incentivam outras providências que não sejam financiáveis e dentro dos padrões já estabelecidos; ▪ O FAMA situa histórica e socialmente o período vivido, detalhando como o modo de produção molda as relações e acontecimentos que atingem diretamente os povos e a natureza, além de detalhar como o componente ideológico atua para atingir seus objetivos (“privatização, precificação e financeirização”). A resposta encontra-se na organização política do povo, pois, antes de qualquer tomada de decisão, é essencial compreender criticamente quais são os mecanismos a serem desmantelados para o sucesso de uma nova forma de relacionar-se com a natureza, bem como de uma nova sociedade. 	

Fonte: FMA, 2018f; FAMA, 2018a, elaboração própria.

Estas visões e posicionamentos, nitidamente opostos, partem de lugares distintos de fala. Os representantes das conferências carregam consigo suas histórias, sentimentos, visões de mundo, interesses, e por isso, demarcam seus lugares enquanto sujeitos, discursando sentidos e constituindo narrativas. Nesta acepção, Barros (2004) comenta que

A Narrativa, ao trazer no seu cerne as escolhas das personagens que a habitam e que entretecem juntos o seu enredo, mostra-nos uma história na qual as decisões são tomadas na própria história, e não antes dela ou em algum ponto exterior que, tal como nas antigas teleologias patrocinadas pelas filosofias da história, impõem-se ao mundo histórico como um sol que já traz dentro de si todos os planos a serem realizados. A História não seria o estudo da execução de um plano já traçado, mas sim, o “estudo da ação” (BARROS, 2011, p. 395).

Portanto, aqui podem ser seguidas duas perspectivas que circundam, o que se denomina no enredo dessa história atrelada à crise hídrica: por um lado, a perspectiva pacifista, não questionadora do modo de produção e promovendo a interpelação ideológica do Desenvolvimento Sustentável, promovida pelo FMA. Por outro, a perspectiva radical, na qual a luta contra o capital, em suas variedades de contextos e conjunturas, precisa ser vencida pela continuidade da natureza, assegurando uma gestão indiscutivelmente democrática, promovida pelo FAMA.

Fato é que apesar de esforços por parte da organização e participantes do FMA para inclusão de pautas centrais da discussão no campo hídrico, mesmo assim, permanece um entendimento privatista da água, dotada de valor econômico (FURIGO E SAMORA, 2019). As autoras prosseguem:

Ademais, mesmo que o FMA se posicione como um encontro de partes interessadas, não reconhece as disputas e conflitos em torno da questão hídrica, e não admite a existência de dissensos. [...] Os fóruns mundiais realizados em março de 2018 no Brasil propiciaram a exposição de muitos conflitos que são sistematicamente ignorados pela sociedade brasileira. O 8º Fórum Mundial da Água resultou em inúmeros documentos bem intencionados, mas a postura do governo brasileiro mostrou que os interesses empresariais dificilmente serão superados, ou mesmo negociados em prol dos povos originários ou da recuperação ambiental das águas urbanas.

Portanto, como na alegoria trabalhada a partir de Sachs (2000), estamos navegando em um oceano violento, seguindo o fecho de luz do Desenvolvimento Sustentável. A tripulação do navio, representando aqui a humanidade, encontra-se fragmentada; cada tripulante tem seu conhecimento e luta ferozmente entre os seus para apontar um novo trajeto. Os comandantes discutem e brigam para decidir quem tomará o leme, e as águas, a cada momento que passa, tornam-se cada vez maiores e violentas, restando pouco tempo para uma reação. É apenas no findar deste conflito que talvez possa se chegar a águas pacíficas, e então vislumbrar nova terra, longe das ruínas que há tanto nos assombram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao explorar em profundidade na esfera de debate internacional, a existência de discursos e narrativas específicas sobre o(s) modo(s) de apreender a água, abrem-se as portas para uma miríade de posicionamentos e percepções, ora complementares, ora antagônicas. Em primeiro lugar, torna-se essencial compreender que as narrativas estabelecidas pelo FMA e pelo FAMA, implicam em diferentes defesas e noções sobre o trato, gestão e utilização das águas, e que estas narrativas acarretam na materialidade de um discurso, representado aqui pelo cenário distópico e apocalíptico promovido pela Ideologia do Desenvolvimento Sustentável (FREITAS E DEL GAUDIO, 2015b). Todavia, apesar de rejeitarmos este futuro sombrio, constantemente reforçado por esta Ideologia, é preciso reconhecer que o trajeto navegado atualmente não nos levará para um local seguro: é evidente que não poderá ser garantida a perpetuação da água e de toda a vida sustentada por ela enquanto permanecermos sob o jugo de um sistema econômico capitalista, que transfigura a natureza em “recurso natural”, despindo-a de todas as outras significações que a ela e seus elementos são atribuídos.

As Conferências Internacionais anteriores aos Fóruns trouxeram um extenso arcabouço teórico e prático no tocante ao meio ambiente. Contudo, como demonstrado por Oliveira (2011), ao privilegiar uma postura na qual o consenso é a via válida para que se alcance um resultado desejado, permite-se o desenvolvimento de espaços e encontros nos quais impera um discurso poderoso, porém, despolitizante (FURIGO E SAMORA, 2019). Neste sentido, a proposta do FAMA mostra-se relevante. Ao reconhecer esta multiplicidade de sentidos, usos e percepções sobre a água pelos povos que compõem a Terra, bem como a compreensão crítica da realidade que os circundam, é possível vislumbrar uma forma diferente de relacionamento da humanidade com a natureza, que não é fundamentada em uma exploração predatória e que poderá afastar definitivamente este futuro que espreita a humanidade.

Ainda, cabe questionar se o fenômeno aqui analisado se reproduz de outras formas; se estão restritos às Conferências Internacionais; se há recursos que se complementam ao discurso para que ele ocorra; como se configuram outras estruturas narrativas; e quais as formas que se colocam enquanto oposição aos presumíveis modelos impostos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRE, Jose Uelinton. **Água como direito fundamental no Mercosul**. In: XVI Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (XVI ENGEMA) 2014, p.1-13. Disponível em: <<https://www.engema.org.br/XVIENGEMA/271.pdf>> Acesso em 18 de novembro de 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 5ª ed. Lisboa, Edições 70, 2011. 281 p.
- BARROS, José D'Assunção. **Paul Ricoeur: a construção da narrativa histórica**. Lusíada História n.º 8 / 2011, p. 389-414. Disponível em: <<http://revistas.lis.ulsiada.pt/index.php/lh/article/view/1566/1680>> Acesso em 24 de novembro de 2019.
- BONFIGLIOLI, C. **Discurso ecológico e mídia impressa: análise de discurso de um acidente ambiental**. Caligrama (São Paulo, Online), 1(1). Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.1808-0820.cali.2005.61929>> Acesso em 16 de abr. de 2019.
- BORDALO, C. **A “crise” mundial da água vista numa perspectiva da geografia política**. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), n. 31, p. 66-78, 30 ago. 2012.
- BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm> Acesso em 24 de novembro de 2019.
- BRÜGGER, Paula. **Educação ou Adestramento Ambiental?** 3ª ed. ver. e ampl. Chapecó, Argos. Florianópolis, Letras Contemporâneas. 2004, 200p.
- CARVALHO, I. C. M. **A questão ambiental e a emergência de um campo de ação político-pedagógica**. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, Ph. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2000. Cap. 2, p. 53-66.
- COPASA. **Nova direção da COPASA pede à população uma redução de 30% no consumo de água**. Disponível em: <<http://www.copasa.com.br/wps/portal/internet/imprensa/noticias/releases/rel2015/janeiro15rel/nova-direcao-da-copasa-pede-a-populacao-uma-reducao-de-30-no-consumo-de-agua/>> Acesso em 18 de abr. de 2019.
- CUNHA, T. B.; OLIVEIRA, D. B. S.; LINHARES, F. M.; SANTOS, J. Y. S.; VIANNA, P. C. G. **Uma sinopse na política mundial da água**. In: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos (XVI ENG), jul, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Jose_Yure_Santos/publication/309665072_UMA_SINOPSE_NA_POLITICA_MUNDIAL_DA_AGUA/links/581c038608ae12715af00437/UMA-SINOPSE-NA-POLITICA-MUNDIAL-DA-AGUA.pdf> Acesso em 18 de novembro de 2019.
- DOS SANTOS, Adriane Aparecida. **Cursos d'água e cidades na produção do espaço urbano: a historicidade da Microbacia do Córrego Olhos d'água** –

Pampulha/BH – MG. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia IGC/UFMG. 2017.

EBC. **Sistema Cantareira**: entenda a crise hídrica em São Paulo. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2014/05/crise-hidrica-em-sao-paulo-era-previsivel>> Acesso em 20 de setembro de 2019.

ESTADO DE MINAS. **Seca em Minas Gerais pode ser pior em 2015**. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/01/07/interna_gerais,605447/seca-em-minas-gerais-pode-ser-pior-em-2015.shtml> Acesso em 20 de setembro de 2019.

ESTEVA, Gustavo. **Desenvolvimento**. In: SACHS, Wolfgang (Org.) **Dicionário do Desenvolvimento**: guia para o autoconhecimento como poder. Petrópolis, Rio de Janeiro. Ed. Vozes, 2000. p. 59-83.

FAMA – Fórum Alternativo Mundial da Água. **Declaração Final do Fórum Alternativo Mundial da Água**. 2018a. Disponível em: <<http://fama2018.org/declaracao-final/>> Acesso em 22 de novembro de 2019.

_____; **Manifesto da Suíça**. 2018b. Disponível em: <<http://fama2018.org/manifesto-da-suica-fama-2018/>> Acesso em 24 de novembro de 2019.

_____; **Carta Denúncia dos Povos FAMA, 17 a 22 de março de 2018**. 2018c. Disponível em: <<http://fama2018.org/carta-denuncia-dos-povos-fama-17-22-de-marco-de-2018/>> Acesso em 24 de novembro de 2019.

_____; **Carta de Brasília dos Povos Indígenas, Comunidades Quilombolas e Populações Tradicionais do Campo, da Floresta e das Águas**. 2018d. Disponível em <<http://fama2018.org/carta-de-brasilia-dos-povos-indigenas-comunidades-quilombolas-e-populacoes-tradicionais-do-campo-da-floresta-e-das-aguas/>> Acesso em 24 de novembro de 2019.

FMA – Fórum Mundial da Água. **8º Fórum Mundial da Água – Perguntas Frequentes**. 2018a. Disponível em: <<https://8.worldwaterforum.org/pt-br/perguntas-frequentes>> Acesso em 09 de novembro de 2019.

_____; **Declaração Ministerial**: Um Chamado Urgente para uma Ação Decisiva sobre a Água. 2018b. Disponível em: <<http://www.worldwaterforum8.org/pt-br/file/3210/download?token=PznIxHLY>> Acesso em 09 de novembro de 2019.

_____; **Chamado para Ação de Governos Locais e Regionais sobre Água e Saneamento de Brasília**. 2018c. Disponível em: <<http://www.worldwaterforum8.org/en/file/3123/download?token=V7KzU7os>> Acesso em 09 de novembro de 2019.

_____; **Declaração do Ministério Público sobre o Direito à Água**. 2018d. Disponível em: <<http://www.worldwaterforum8.org/en/file/3172/download?token=FFJO50mq>> Acesso em 09 de novembro de 2019.

_____; **Manifesto dos Parlamentares**. 2018e. Disponível em: <http://www.worldwaterforum8.org/en/file/3173/download?token=g_Q5hx0v> Acesso em 09 de novembro de 2019.

_____; **Declaração de Sustentabilidade**. 2018f. Disponível em: <http://www.worldwaterforum8.org/pt-br/file/3212/download?token=_ljm6lEp> Acesso em 09 de novembro de 2019.

FREITAS, Eliano de Souza Martins. **As políticas de saneamento no final do século XX e suas implicações em Minas Gerais: reflexões a partir da reestruturação produtiva na/da COPASA**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia IGC/UFMG. 2013.

_____; DEL GAUDIO, R. S. **Desenvolvimento Sustentável e Ideologia: equívocos de abordagem da água na educação ambiental**. In: VIII Encontro de Pesquisadores em Educação Ambiental (VIII EPEA), jul. 2015a. Disponível em: <<http://epea.tmp.br/epea2015%5Fanais/pdfs/plenary/196.pdf>> Acesso em 7 de out. de 2019.

_____; _____. **Crise ecológica, escassez hídrica e ideologias: uma análise crítica da Carta de 2070**. Sociedade & Natureza, v. 27, n. 3, set/dez. 2015b. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/31806>> Acesso em 9 de out. de 2019.

FURIGO, R. F. R.; SAMORA, P. R. **O Fórum Mundial da Água e o FAMA: conflitos e perspectivas para o século XXI**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, v. 40, n. 136, p. 31-45, jan./jun. 2019

GASPARINI, E. D. **A Língua na Análise do Discurso**. Revista da Anpoll nº 39, p. 62-68, Florianópolis, jul./ago. 2015. Disponível em: <<https://anpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/904/831>> Acesso em 22 de novembro de 2019.

ITAMARATY. **Brasília selected to host the 8th World Water Forum in 2018**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/en/press-releases/3573-brasilia-selected-to-host-the-8th-world-water-forum-in-2018>> Acesso em 23 de novembro de 2019.

JARDIM, Carlos Henrique. **A “crise hídrica” no sudeste do Brasil: aspectos climáticos e repercussões ambientais**. Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 11, n. 2, p. 67-83, jul/dez. 2015.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. **Ecologia Política, Justiça e Educação Ambiental Crítica: perspectivas de aliança contra hegemônica**. Trabalho, Educação e Saúde. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 53-71, jan/abr, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v11n1/a04v11n1.pdf>> Acesso em 21 de novembro de 2019.

MARENGO, J. A. *et al.* **A seca e a crise hídrica de 2014-2015 em São Paulo**. Revista USP, São Paulo, n. 106, p. 31-44, jul/ago./set. 2015.

MORAES, Cláudia Herte; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. **As cheias de 2010 na revista Veja: a narração jornalística diante do “inesperado”**. Revista Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura. Vol. I, nº 2, 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/26422>>

MOTTA, L. G. **A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Anais. São Paulo: Intercom, 2005. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf>> Acesso em 31 de jan. de 2019.

_____; COSTA, G. B.; LIMA, J. A. **Notícia e construção de sentidos: análise da narrativa jornalística**. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, vol. XXVIII, nº 2, jul/dez 2004, p. 31-51. Disponível em: <http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/1067/968>> Acesso em 15 de fev. de 2019.

NOAL, F. O. **Os ritmos e os riscos: considerações sobre globalização, ecologia e contemporaneidade**. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, Ph. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2000. Cap. 3, p. 67-86.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. **A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável: notas para reflexão**. Rev. Tamóios, jul/dez 2005, p.41-46. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/648>> Acesso em 10 de out. de 2019.

_____. **A geopolítica do desenvolvimento sustentável: um estudo sobre a Conferência do Rio de Janeiro (Rio-92)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências/UNICAMP. 2011. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/287540>>. Acesso em: 12 de out. de 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano**. 1972. Disponível em: <www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/estocolmo.doc> Acesso em 12 de out. de 2019.

_____. **Nosso Futuro Comum**. 1988. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf> Acesso em: 13 de out. de 2019.

_____. **O Direito Humano à Água e ao Saneamento: Marcos**. Disponível em: <https://www.un.org/waterforlifedecade/pdf/human_right_to_water_and_sanitation_milestones_por.pdf> Acesso em 09 de novembro de 2019.

O TEMPO. **Campanha ‘A Culpa Não é do Meu Banho’ questiona ações contra a crise**. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/campanha-a-culpa-nao-e-do-meu-banho-questiona-a-crise-1.988022>> Acesso em 12 de abr. de 2019.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Geografia Política da Água**. São Paulo: Annablume, 2008, 162 p. Coleção Cidadania e Meio Ambiente.

ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. **Análise de Conteúdo e Análise do Discurso**: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. *Alea*, v. 7, n. 2, jul./dez. 2005, p. 305-322. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/alea/v7n2/a10v7n2.pdf>> Acesso em 24 de novembro de 2019.

SACHS, Wolfgang. **“Introdução” & “Meio Ambiente”**. In: SACHS, Wolfgang (Org.) **Dicionário do Desenvolvimento**: guia para o autoconhecimento como poder. Petrópolis, Rio de Janeiro. Ed. Vozes, 2000. p.11-17; p. 117-131.

SOUZA, J. E. T. **Versões de manejo da água nos documentos do Fórum Mundial da Água e do Fórum Alternativo Mundial da Água**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21951>> Acesso em 20 de novembro de 2019.

SDG KNOWLEDGE HUB. **2nd Alternative World Water Forum**. Disponível em: <<http://sdg.iisd.org/events/2nd-alternative-world-water-forum/>> Acesso em 24 de novembro de 2019.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e os animais (1500-1800). Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

YOUTUBE. **Pimentel apresenta medidas emergenciais para garantir recursos hídricos em MG**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PfkckYkk5IU>> Acesso em 17 de abr. de 2019.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. **Introdução**: Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. (Orgs.) **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. 2^a ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2014, 288 p.

ANEXOS

1. DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE – 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA



**SUSTAINABILITY
DECLARATION**

March 23rd, 2018

**DECLARAÇÃO DE
SUSTENTABILIDADE**

23 de março de 2018

8th WORLD WATER FORUM

BRASÍLIA - BRAZIL, MARCH 18-23, 2018

8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

BRASÍLIA – BRASIL – 18 A 23 DE MARÇO DE 2018

www.worldwaterforum8.org | secretariat@worldwaterforum8.org



SUSTAINABILITY DECLARATION DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE

We, multi-stakeholder participants attending the 8th World Water Forum “sharing water”¹, considering the convergence of all the statements produced during the Forum², call for an urgent mobilization of all parties to ensure a sustainable future for our World and commit ourselves to face and tackle the increasing water challenges.

Preamble

Sustainability means that human development is built in harmony with the environment. This leads to respect for biodiversity, for human rights (especially the 2010 Human Right to Water and Sanitation) and responds to the basic needs for a dignified life (health, food, energy, education). It refers to economic growth, resilience, mitigation and adaptation measures to face natural hazards and human made disasters including climate change, responses to emergencies and the provision of a cooperative environment for prevention and peaceful resolution of conflicts.

Water is among the most threatened resources and the most necessary for of humankind and the planet’s ecosystems (especially groundwater and major basins such as the Amazon), biodiversity and climate.

Its proper governance and management is essential, integrating urban and rural areas to achieve sustainable development (food, energy, health, economic activities, cities development, education, gender), human well-being and human rights.

Progress in water management is not only an objective *per se*, but also a pivotal contribution to the global success of most Sustainable Development Goals (SDG) of the 2030 Agenda for Sustainable Development (ASD). Achieving the water targets is crucial for the success of the whole ASD. For example, ensuring availability and sustainable management of water and sanitation for all is a necessary condition for ending poverty and hunger, improving quality of life and achieving most of the other ambitious goals proposed in the 2030 Agenda.

Nós, representantes de múltiplas partes interessadas presentes no 8º Fórum Mundial da Água¹ “Compartilhando Água”, considerando a convergência de todas as declarações produzidas durante o Fórum², pedimos uma mobilização urgente de todos os setores para garantir um futuro sustentável para o nosso mundo e nos comprometemos a enfrentar os crescentes desafios da água.

Preâmbulo

Sustentabilidade significa que o desenvolvimento humano é construído em harmonia com o meio ambiente. Isso conduz ao respeito pela biodiversidade, pelos direitos humanos (especialmente o Direito Humano à Água e ao Saneamento de 2010) e responde às necessidades básicas de uma vida digna (saúde, alimentação, energia, educação). Refere-se a medidas de crescimento econômico, resiliência, mitigação e adaptação para enfrentar desastres naturais e os causados pelo homem, incluindo mudanças climáticas, respostas a emergências e a provisão de um ambiente cooperativo para a prevenção e solução pacífica de conflitos.

A água está entre os recursos mais ameaçados e mais necessários para a humanidade e para os ecossistemas do planeta (especialmente as águas subterrâneas e as grandes bacias, como a Amazônica), a biodiversidade e o clima.

Sua governança e gestão adequadas são essenciais, integrando áreas urbanas e rurais para alcançar o desenvolvimento sustentável (alimentos, energia, saúde, atividades econômicas, desenvolvimento de cidades, educação, gênero), bem-estar e direitos humanos.

O progresso na gestão da água não é apenas um objetivo *per se*, mas também uma contribuição fundamental para o sucesso global da maioria dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ADS). Atingir as metas de água é crucial para o sucesso de toda a ADS. Por exemplo, assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos é uma condição necessária para acabar com a pobreza e a fome, melhorar a qualidade de vida e atingir a maioria das outras metas ambiciosas propostas na Agenda 2030.

¹ The 8th World Water Forum has been jointly organized by the World Water Council, the Brazilian Federal Government (represented by the Ministry of Environment and the National Agency of Water - ANA) and the Federal District Government (represented by the Regulatory Agency of Water, Energy and Basic Sanitation – ADASA). It gathered thousands of participants in Brasília from 18th to 23rd of March 2018. Many sessions, panels, events were made accessible to all types of representatives and stakeholders, coming from more than 170 countries. O 8º Fórum Mundial da Água foi organizado em conjunto pelo Conselho Mundial da Água e o Governo Federal Brasileiro (representado pelo Ministério do Meio Ambiente e a Agência Nacional de Águas) e o Governo do Distrito Federal (representado pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico – ADASA). O Fórum reuniu milhares de participantes em Brasília de 18 a 23 de março de 2018. Muitas sessões, painéis e eventos foram acessíveis a todos os tipos de representantes e partes interessadas provenientes de mais de 170 países.

² The youth declaration (March 18th), the Brazilian Business Commitment for Water Security (March 19th), the parliamentarians manifesto (March 20th), the ministerial declaration (March 20th), the water governance initiative pledge (March 21st), the call for action of local and regional authorities (March 21st), the Charter of Brasília resulting from the conference of Judges (March 21st), as well as the outcomes of the nine thematic closing sessions, of the Regional, Citizen, Political Processes and of the Sustainability Focus Group reported in their closing sessions. A declaração da juventude (18 de março), o Compromisso Empresarial Brasileiro pela Segurança Hídrica (19 de março), o Manifesto Parlamentar (20 de março), a Declaração Ministerial (20 de março), o Compromisso da Iniciativa de Governança da Água (21 de março), das Autoridades Locais e Regionais (21 de março), a Carta de Brasília oriunda da Conferência de Juízes (21 de março) e os resultados das nove sessões de encerramento dos Processos Temático, Regional, Cidadão, Político e do Grupo Focal de Sustentabilidade relatado em suas sessões de encerramento.



SUSTAINABILITY DECLARATION DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE

Water issues cannot be addressed in contexts where peace, human rights, equity, gender respect, equality and education are absent. *Due to the cross-cutting nature of water, specialists and other stakeholders in the sector must improve cooperation with other sectors and look “out of the water box”.*

Recommendations

We consider that current water policies will not be sufficient to reach the targets of the Sustainable Development Goals (SDGs). We request the High Level Political Forum on Sustainable Development of the United Nations (HLPF, July 2018) to give a determined push to cooperative alliances, water reforms and financial innovations.

Global water challenges are increasing. Action towards the Sustainable Development Goals (SDG) targets related to water must be implemented without delay and achieved in due course: there is not much time left until the first review of Goal 6 on water in July 2018 by the HLPF.

We call for the strengthening of the United Nations’ support of its Member States and for the development at the highest level of a political dialogue and regular UN meetings on water. This should be supported by the reinforcement of multi-actor platforms including scientists, public and private practitioners, national partnerships, civil society, donors and decision makers.

International cooperation based on the United Nations Decade should be promoted and actively coordinated with major treaties³.

The SDG 6 targets cannot be achieved with current policies. We, together, must commit to the implementation of good practices (many of them have been presented during the 8th World Water Forum) as well as a drastic improvement of water governance.

We particularly raise the attention to some major conditions of success:

1. Governments should announce national commitments to increase their ambition towards achieving SDG 6 and other SDG’s targets related to water, leaving no one behind and starting by the most vulnerable, including forcibly displaced populations, and to give a dedicated support to fragile states;

As questões relativas à água não podem ser abordadas em contextos onde a paz, os direitos humanos, a equidade, o respeito pelo gênero, a igualdade e a educação estão ausentes. Devido à natureza transversal da água, especialistas e outras partes interessadas no tema devem melhorar a cooperação com outros setores e olhar “fora da caixa de água”.

Recomendações

Consideramos que as atuais políticas de recursos hídricos não serão suficientes para atingir as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Solicitamos ao Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (HLPF, julho de 2018) que dê um incentivo vigoroso para alianças cooperativas, reformas no setor de água e inovações financeiras.

Os desafios globais da água estão aumentando. A ação rumo às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionadas à água deve ser implementada sem demora e alcançada no devido tempo: não há muito tempo até a primeira revisão da Meta 6 sobre a água em julho de 2018 pelo HLPF.

Apelamos à intensificação do apoio às Nações Unidas pelos seus Estados-Membros e ao desenvolvimento ao mais alto nível de um diálogo político e reuniões regulares da ONU sobre a água. Isto deve ser apoiado pelo fortalecimento de plataformas com múltiplos atores, incluindo cientistas, profissionais do setor público e privado, parcerias nacionais, sociedade civil, doadores e tomadores de decisão.

A cooperação internacional baseada na “Década das Nações Unidas” deve ser promovida e ativamente coordenada com os principais Tratados.

As metas do ODS 6 não podem ser atingidas com as políticas atuais. Nós, juntos, devemos nos comprometer com a implementação de boas práticas (muitas das quais foram apresentadas durante o 8^o Fórum Mundial da Água), bem como com uma melhoria drástica na governança da água.

Nós particularmente chamamos a atenção para algumas das principais condições de sucesso:

1. Os governos devem anunciar os compromissos nacionais que incrementem sua determinação de alcançar as metas do ODS 6 e de outros ODS relacionados à água, engajando todos e começando pelos mais vulneráveis, incluindo populações deslocadas de forma forçada e dando um apoio dedicado aos Estados frágeis;

³ The Convention on the law on Non-Navigational Uses of International Watercourses (1997), the Senday Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030 (2015), the Paris Agreement adopted under the United Nation Framework Convention on Climate Change (2015) and the new Urban Agenda Habitat III (2016). A Convenção sobre a Lei dos Usos Não-Navegacionais dos Cursos d’Água Internacionais (1997), o Marco Senday para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030 (2015), o Acordo de Paris adotado pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (2015) e a nova Agenda Urbana Habitat III (2016)



SUSTAINABILITY DECLARATION DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE

2. Sufficient financial innovative tools and instruments at all levels need to be developed to ensure effective progress towards SDG 6 targets;
 3. Peace, stability and prevention of conflicts should be ensured through wise water diplomacy arrangements and alliances, as well as transboundary water cooperation based on win-win solutions embedded into international treaties;
 4. Climate change mitigation and adaptation measures need to be budgeted and implemented at all relevant scales, with the support of international community assistance if necessary;
 5. Monitoring and information need to progress and be better used. Current indicators do not suffice to monitor the targets set by countries in the SDGs and new sub-indicators needs to be brought forward; finalization by the UN Statistical Commission of the methodology of Tier III indicators relative to Water is needed;
 6. Knowledge, science (including human sciences), technology and innovation at large including the one from traditional knowledge should guide policy makers and contribute to reinforce the capacity of local governments and citizens;
 7. Legal and economic security have to strengthen the public and private sectors responsible for water supply and sanitation services, with a focus on universalization, transparency and tariff moderateness; it should recognize community-based approaches;
 8. Business needs to value and mainstream water into its strategies, materiality and decision-making process⁴ and share good practices in water management;
 9. The value of water has to be understood beyond its economic sense towards its cultural, medicinal, traditional and social heritage. The education system must transmit it to the youngest starting by the most vulnerable;
 10. Water issues must no longer be considered in isolation, by focusing on the terrestrial part of water cycle alone (from crest to reef, including groundwater) but have to be strongly related to the oceans and the atmosphere, as a unique cycle. In all institutions and decision-making processes, sectorial approaches must be questioned, and tools must be
2. Ferramentas e instrumentos financeiros inovadores em todos os níveis precisam ser desenvolvidos para garantir o progresso efetivo em direção às metas do ODS 6;
 3. A paz, a estabilidade e a prevenção de conflitos devem ser garantidas através de alianças e arranjos diplomáticos inteligentes, bem como da cooperação transfronteiriça sobre a água, com base em soluções em que todos ganham, incluídas nos tratados internacionais;
 4. As medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas devem ser orçadas e implementadas em todas as escalas relevantes com o apoio da comunidade internacional, se necessário;
 5. O monitoramento e a informação precisam avançar e serem melhor usados. Os indicadores atuais não são suficientes para monitorar as metas estabelecidas pelos países nos ODS e novos subindicadores precisam ser antecipados. É necessária a finalização pela Comissão de Estatística da ONU da metodologia de indicadores da Camada III em relação à Água;
 6. Conhecimento, ciência (incluindo ciências humanas), tecnologia e inovação em geral, incluindo a do conhecimento tradicional, devem orientar os formuladores de políticas e contribuir para reforçar a capacidade dos governos locais e dos cidadãos;
 7. A segurança jurídica e econômica deve fortalecer os setores público e privado responsáveis pelos serviços de abastecimento de água e saneamento, com foco na universalização, transparência e modicidade tarifária, devendo reconhecer abordagens baseadas na comunidade;
 8. As empresas precisam valorizar e integrar a água em suas estratégias, materialidade e processo de tomada de decisões e compartilhar boas práticas em gestão de recursos hídricos;
 9. O valor da água deve ser entendido além do seu sentido econômico reconhecendo-a como patrimônio cultural, medicinal, tradicional e social. O sistema de ensino deve transmitir isto aos mais jovens, começando pelos mais vulneráveis;
 10. As questões da água não devem mais ser consideradas isoladamente, concentrando-se apenas na parte terrestre do ciclo da água (das nascentes à foz, incluindo as águas subterrâneas), mas têm de estar fortemente relacionadas aos oceanos e à atmosfera, como um ciclo único. Em todas as instituições e processos de tomada de decisão, abordagens setoriais devem ser

⁴ Currently water (SDG 6) is in the 11th position among all SDG according to a research with 250 major global companies, been prioritized by only 34% of them. Atualmente, a água (ODS 6) está na 11^ª posição entre todos os ODS, de acordo com uma pesquisa com 250 grandes empresas globais, sendo priorizada por apenas 34% deles.



SUSTAINABILITY DECLARATION DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE

built to ensure coherence. Integrated efficient water management need to be implemented at the different levels of the watershed. Sustainability of water critically depends on conservation, restoration and proper managements of ecosystems like forests. Nature based solutions, especially to sustain a new city model, aren't optional;

11. Strong, democratic and inclusive collaboration and cooperation involving the society at large is expected. It must gather indigenous peoples' communities and minority groups, private and financial sector, academics and policy makers, parliaments and local authorities, national water partnerships. A specific acknowledgment of women and youth contribution to the sector is mandatory;
12. Humanitarian assistance is not a choice. It should be a commitment for every Nation around the world. It requires global and governmental sufficient funding and support to existing coordination mechanisms (clusters and national coordination platforms), on the response to crises (conflicts, major natural disasters), preparedness measures and rehabilitation transitional strategies.

questionadas e ferramentas devem ser construídas para garantir a coerência. A gestão integrada eficiente da água precisa ser implementada nos diferentes níveis da bacia hidrográfica. A sustentabilidade da água depende criticamente da conservação, restauração e manejo adequado dos ecossistemas, como as florestas. Soluções baseadas na natureza, especialmente para sustentar um novo modelo de cidade, não são opcionais;

11. Espera-se uma colaboração e cooperação forte, democrática e inclusiva envolvendo a sociedade em geral. Deve reunir as comunidades de povos indígenas e grupos minoritários, setor privado e financeiro, acadêmicos e formuladores de políticas, parlamentos e autoridades locais e associações nacionais de recursos hídricos. Um reconhecimento específico da contribuição de mulheres e jovens para o setor é obrigatório;
12. A assistência humanitária não é uma escolha. Deve ser um compromisso para todas as nações do mundo. Requer financiamento global e governamental suficiente e apoio aos mecanismos de coordenação existentes (grupos e plataformas de coordenação nacional), de resposta a crises (conflitos, grandes desastres naturais), medidas de preparação e estratégias transicionais de reabilitação.

Concluding Statement

We affirm that the United Nations and the governments, as well as all societies must consider water as a need to achieve Sustainability. No solution for water issues can be found without progress for Sustainability in many other sectors. Recognizing the Human Right to Water and Sanitation in 2010 and dedicating a specific SDG to water and sanitation in 2015 have been major steps in this direction. However, efforts remain to be accomplished beyond the water sector to develop holistic policies and avoid fragmented approaches.

Self-commitment of the Forum to reduce its own footprint

We all considered from the beginning of the Forum's preparation that the Forum itself had to be as respectful as possible of the environment. Many efforts have been made to reduce the footprint of our activities and a report of these efforts will be published.

Diretriz Final

Afirmamos que as Nações Unidas e os governos, assim como todas as sociedades, devem considerar a água como uma necessidade para alcançar a sustentabilidade. Nenhuma solução para questões hídricas pode ser encontrada sem progresso para a Sustentabilidade em muitos outros setores. Reconhecer o Direito Humano à Água e ao Saneamento em 2010 e dedicar um ODS específico à água e ao saneamento em 2015 têm sido passos importantes nesse sentido. No entanto, ainda há esforços a serem realizados além do setor de recursos hídricos para desenvolver políticas holísticas e evitar abordagens fragmentadas.

Compromisso do Fórum para reduzir sua própria pegada

Todos nós consideramos desde o começo da preparação do Fórum que o próprio evento tinha de ser o mais respeitoso possível do ambiente. Muitos esforços foram feitos para reduzir a pegada de nossas atividades e um relatório desses esforços será publicado.

2. DECLARAÇÃO FINAL DO FÓRUM ALTERNATIVO MUNDIAL DA ÁGUA

DECLARAÇÃO FINAL DO FÓRUM ALTERNATIVO MUNDIAL DA ÁGUA

Quem somos

Nós, construtores e construtoras do Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA), reunidos de 17 a 22 de março de 2018, em Brasília, declaramos para toda a sociedade o que acumulamos após muitos debates, intercâmbios, sessões culturais e depoimentos ao longo de vários meses de preparação e nestes últimos dias aqui reunidos. Somos mais de 7 mil trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, das águas e das florestas, representantes de povos originários e comunidades tradicionais, articulados em 450 organizações nacionais e internacionais de todos os continentes. Somos movimentos populares, tradições religiosas e espiritualidades, organizações não governamentais, universidades, pesquisadores, ambientalistas, organizados em grupos, coletivos, redes, frentes, comitês, fóruns, institutos, articulações, sindicatos e conselhos.

Na grandeza dos povos, trocamos experiências de conhecimento, resistência e de luta. E estamos conscientes que a nossa produção é para garantir a vida e sua diversidade. Estamos aqui criando unidade e força popular para refletir e lutar juntos e juntas pela água e pela vida nas suas variadas dimensões. O que nos faz comum na relação com a natureza é garantir a vida. A nossa luta é a garantia da vida. É isso que nos diferencia dos projetos e das relações do capital expressos no Fórum das Corporações – Fórum Mundial da Água.

Também estamos aqui para denunciar a 8ª edição do Fórum Mundial da Água (FMA), o Fórum das Corporações, evento organizado pelo chamado Conselho Mundial da Água, como um espaço de captura e roubo das nossas águas. O Fórum e o Conselho são vinculados às grandes corporações transnacionais e buscam atender exclusivamente a seus interesses, em detrimento dos povos e da natureza.

Nossas constatações sobre o momento histórico

O modo de produção capitalista, historicamente, concentra e centraliza riqueza e poder, a partir da ampliação de suas formas de acumulação, intensificação de seus mecanismos de exploração do trabalho e aprofundamento de seu domínio sobre a natureza, gerando a destruição dos modos de vida. Vivemos em um período de crise do capitalismo e de seu modelo político representado pela ideologia neoliberal, na qual se busca intensificar a transformação dos bens comuns em mercadoria, através de processos de privatização, precificação e financerização.

A persistência desse modelo tem aprofundado as desigualdades e a destruição da natureza, através dos planos de salvamento do capital nos momentos de aprofundamento da crise. Nesse cenário, as ações do capital são orientadas pela manutenção a qualquer custo das suas taxas de juros, lucro e renda.

Esse modelo impõe à América Latina e ao Caribe o papel de produtores de artigos primários e fornecedores de matéria prima, atividades econômicas intensivas em bens naturais e força de trabalho. Subordina a economia desses países a um papel dependente na economia mundial, sendo alvos prioritários dessa estratégia de ampliação da exploração a qualquer custo.

O Brasil, que sedia esta edição do FMA, é exemplar nesse sentido. O golpe aplicado recentemente expõe a ação coordenada de corporações com setores do parlamento, da mídia e do judiciário para romper a ordem democrática e submeter o governo nacional a uma agenda que atenda seus interesses rapidamente. A mais dura medida orçamentária do mundo foi implantada em nosso país, onde o orçamento público está congelado por 20 anos, garantindo a drenagem de recursos públicos para o sistema financeiro e criando as bases para uma onda privatizante, incluindo aí a infraestrutura de armazenamento, distribuição e saneamento da água.

Quais são as estratégias das corporações para a água?

Identificamos que o objetivo das corporações é exercer o controle privado da água através da privatização, mercantilização e de sua titularização, tornando-a fonte de acumulação em escala mundial, gerando lucros para as transnacionais e ao sistema financeiro. Para isso, estão em curso diversas estratégias que vão desde o uso da violência direta até formas de captura corporativa de governos,

parlamentos, judiciários, agências reguladoras e demais estruturas jurídico-institucionais para atuação em favor dos interesses do capital. Há também uma ofensiva ideológica articulada junto aos meios de comunicação, educação e propaganda que buscam criar hegemonia na sociedade contrária aos bens comuns e a favor de sua transformação em mercadoria.

O resultado desejado pelas corporações é a invasão, apropriação e o controle político e econômico dos territórios, das nascentes, rios e reservatórios, para atender os interesses do agronegócio, hidronegócio, indústria extrativa, mineração, especulação imobiliária e geração de energia hidroeétrica. O mercado de bebida e outros setores querem o controle dos aquíferos. As corporações querem também o controle de toda a indústria de abastecimento de água e esgotamento sanitário para impor seu modelo de mercado e gerar lucros ao sistema financeiro, transformando direito historicamente conquistado pelo povo em mercadoria. Querem ainda se apropriar de todos os mananciais do Brasil, América Latina e dos demais continentes para gerar valor e transferir riquezas de nossos territórios ao sistema financeiro, viabilizando o mercado mundial da água

Denunciamos as transnacionais Nestlé, Coca-Cola, Ambev, Suez, Veolia, Brookfield (BRK Ambiental), Dow AgroSciences, Monsanto, Bayer, Yara, os organismos financeiros multilaterais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, e ONGs ambientalistas de mercado, como The Nature Conservancy e Conservation International, entre outras que expressam o caráter do “Fórum das Corporações”. Denunciamos o crime cometido pela Samarco, Vale e BHP Billiton, que contaminou com sua lama tóxica o Rio Doce, assassinando uma bacia hidrográfica inteira, matando inúmeras pessoas, e até hoje seu crime segue impune. Denunciamos o recente crime praticado pela norueguesa Hydro Alunorte que despejou milhares de toneladas de resíduos da mineração através de canais clandestinos no coração da Amazônia e o assassinato do líder comunitário Sergio Almeida Nascimento que denunciava seus crimes. Exemplos como esses têm se reproduzido por todo o mundo.

Os povos têm sido as vítimas desse avanço do projeto das corporações. As mulheres, povos originários, povos e comunidades tradicionais, populações negras, migrantes e refugiados, agricultores familiares e camponeses e as comunidades periféricas urbanas têm sofrido diretamente os ataques do capital e as consequências sociais, ambientais e culturais de sua ação.

Nos territórios e locais onde houve e/ou existem planos de privatização, aprofundam-se as desigualdades, o racismo, a violência sexual e sobrecarga de trabalho para as mulheres, a criminalização, assassinatos, ameaças e perseguição a lideranças, demissões em massa, precarização do trabalho, retirada e violação de direitos, redução salarial, aumento da exploração, brutal restrição do acesso à água e serviços públicos, redução na qualidade dos serviços prestados à população, ausência de controle social, aumentos abusivos nas tarifas, corrupção, desmatamento, contaminação e envenenamento das águas, destruição das nascentes e rios e ataques violentos aos povos e seus territórios, em especial às populações que resistem às regras impostas pelo capital.

A dinâmica de acumulação capitalista se entrelaça com o sistema hetero-patriarcal, racista e colonial, controlando o trabalho das mulheres e ocultando intencionalmente seu papel nas esferas de reprodução e produção. Nesse momento de ofensiva conservadora, há o aprofundamento da divisão sexual do trabalho e do racismo, causando o aumento da pobreza e da precarização da vida das mulheres.

A violência contra as mulheres é uma ferramenta de controle sobre nossos corpos, nosso trabalho e nossa autonomia. Essa violência se intensifica com o avanço do capital, refletindo-se no aumento de assassinato de mulheres, da prostituição e da violência sexual. Tudo isso impossibilita as mulheres de viver com dignidade e prazer.

Para as diversas religiões e espiritualidades, todas essas injustiças em relação às águas e seus territórios, caracterizam uma dessacralização da água recebida como um dom vital, e dificultam as relações com o Transcendente como horizonte maior das nossas existências.

Destacamos que para os Povos Originários e Comunidades Tradicionais há uma relação interdependente com as águas, e tudo que as atinge, e que todos os ataques criminosos que sofre, repercutem diretamente na existência desses povos em seus corpos e mentes. Esses povos se afirmam como água, pois existe uma profunda unidade entre eles e os rios, os lagos, lagoas, nascentes, mananciais, aquíferos, poços, veredas, lençóis freáticos, igarapés, estuários, mares e oceanos como entidade única. Declaramos que as águas são seres sagrados. Todas as águas são uma só água em permanente movimento e transformação. A água é entidade viva, e merece ser respeitada.

Por fim, constatamos que a entrega de nossas riquezas e bens comuns conduz a destruição da soberania e a autodeterminação dos povos, assim como a perda dos seus territórios e modos de vida.

Mas nós afirmamos: resistimos e venceremos!

Nossa resistência e luta é legítima. Somos os guardiões e guardiãs das águas e defensores da vida. Somos um povo que resiste e nossa luta vencerá todas as estruturas que dominam, oprimem e exploram nossos povos, corpos e territórios. Somos como água, alegres, transparentes e em movimento. Somos povos da água e a água dos povos.

Nestes dias de convívio coletivo, identificamos uma extraordinária diversidade de práticas sociais, com enorme riqueza de culturas, conhecimento e formas de resistência e de luta pela vida. Ninguém se renderá. Os povos das águas, das florestas e do campo resistem e não se renderão ao capital. Assim também tem sido a luta dos povos, dos operários e de todos os trabalhadores e trabalhadoras das cidades que demonstram cada vez maior força. Temos a convicção que só a luta conjunta dos povos poderá derrotar todas as estruturas injustas desta sociedade.

Identificamos que a resistência e a luta têm se realizado em todos os locais e territórios do Brasil e do mundo e estamos convencidos que nossa força deve caminhar e unir-se a grandes lutas nacionais e internacionais. A luta dos povos em defesa das águas é mundial.

Água é vida, é saúde, é alimento, é território, é direito humano, é um bem comum sagrado.

O que propomos

Reafirmamos que as diversas lutas em defesas das águas dizem em alto e bom som que água não é e nem pode ser mercadoria. Não é recurso a ser apropriado, explorado e destruído para bom rendimento dos negócios. Água é um bem comum e deve ser preservada e gerida pelos povos para as necessidades da vida, garantindo sua reprodução e perpetuação. Por isso, nosso projeto para as águas tem na democracia um pilar fundamental. É só por meio de processos verdadeiramente democráticos, que superem a manipulação da mídia e do dinheiro, que os povos podem construir o poder popular, o controle social e o cuidado sobre as águas, afirmando seus saberes, tradições e culturas em oposição ao projeto autoritário, egoísta e destrutivo do capital.

Somos radicalmente contrários às diversas estratégias presentes e futuras de apropriação privada sobre a água, e defendemos o caráter público, comunitário e popular dos sistemas urbanos de gestão e cuidado da água e do saneamento. Por isso saudamos e estimulamos os processos de reestatização de companhias de água e esgoto e outras formas de gestão. Seguiremos denunciando as tentativas de privatização e abertura de Capital, a exemplo do que ocorre no Brasil, onde 18 estados manifestaram interesse na privatização de suas companhias.

Defendemos o trabalho decente, assentado em relações de trabalho democráticas, protegidas e livre de toda forma de precarização. Também é fundamental a garantia do acesso democrático e sustentável à água junto à implementação da reforma agrária e defesa dos territórios, com garantia de produção de alimentos em bases agroecológicas, respeitando as práticas tradicionais e buscando atender a soberania alimentar dos trabalhadores e trabalhadoras urbanos e do campo, florestas e águas.

Estamos comprometidos com a superação do patriarcado e da divisão sexual do trabalho, pelo reconhecimento de que o trabalho doméstico e de cuidados está na base da sustentabilidade da vida. O combate ao racismo também nos une na luta pelo reconhecimento, titulação e demarcação dos territórios dos povos originários e comunidades tradicionais e na reparação ao povo negro e indígena que vive marginalizado nas periferias dos centros urbanos.

Nosso projeto é orientado pela justiça e pela solidariedade, não pelo lucro. Nele ninguém passará sede ou fome, e todos e todas terão acesso à água de qualidade, regular e suficiente bem como aos serviços públicos de saneamento.

Nosso plano de ações e lutas

A profundidade de nossas debates e elaborações coletivas, o sucesso da nossa mobilização, a diversidade do nosso povo e a amplitude dos desafios que precisam ser combatidos nos impulsionam a continuar o enfrentamento ao sistema capitalista, patriarcal, racista e colonial, tendo como referência a construção da aliança e da unidade entre toda a diversidade presente no FAMA 2018.

Trabalharemos, através de nossas formas de luta e organização para ampliar a força dos povos no combate à apropriação e destruição das águas. A intensificação e qualificação do trabalho de base junto ao povo, a ação e a formação política para construir uma concepção crítica da realidade serão nossos instrumentos. O povo deve assumir o comando da luta. Apostamos no protagonismo e na criação heroica dos povos.

Vamos praticar nosso apoio e solidariedade internacional a todos os processos de lutas dos povos em defesa da água denunciando a arquitetura da impunidade, que, por meio dos regimes de livre-comércio e investimentos, concede privilégios às corporações transnacionais e facilitam seus crimes corporativos.

Multiplicaremos as experiências compartilhadas no Tribunal Popular das Mulheres, para a promoção da justiça popular, visibilizando as denúncias dos crimes contra a nossa soberania, os corpos, os bens comuns e a vida das mulheres do campo, das florestas, águas e cidades.

A água é dom que a humanidade recebeu gratuitamente, é direito de todas as criaturas e bem comum. Por isso, nos comprometemos a unir mística e política, fé e profecia em suas práticas religiosas, lutando contra os projetos de privatização, mercantilização e contaminação das águas que ferem a sua dimensão sagrada.

O Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA) apoia, se solidariza e estimulará todos os processos de articulação e de lutas dos povos no Brasil e no mundo, tais como a construção do “Congresso do Povo”, do “Acampamento Terra Livre”, da “Assembleia Internacional dos Movimentos e Organizações dos Povos”, da “Jornada Continental pela Democracia e Contra o Neoliberalismo”; da campanha internacional para dismantelar o poder corporativo e pelo “tratado vinculante” como ferramenta para exigir justiça, verdade e reparação frente aos crimes das transnacionais.

Convocamos todos os povos a lutar juntos para defender a água. A água não é mercadoria. A água é do povo e pelos povos deve ser controlada.

É tempo de esperança e de luta. Só a luta nos fará vencer. Triunfaremos!